

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA



SENADO FEDERAL • SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS

OUTUBRO A DEZEMBRO 1984
ANO 21 • NÚMERO 84

Fundamentos humanísticos da democracia

PAULO DE FIGUEIREDO

Ex-Consultor-Geral, ex-Secretário-Geral da Presidência e ex-Diretor da Assessoria Legislativa do Senado Federal. Ex-Professor na Faculdade de Direito de Goiás e na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro. Ex-Assessor Parlamentar da Presidência da República

SUMÁRIO

I — **O homem como centro da sociedade:** O homem é um ser teleológico — A conduta do homem é condicionada por um Ideal — Os problemas políticos, econômicos e sociais são problemas humanos e exigem soluções humanas — A sociedade é informada por uma ideologia — O Ideal cristão — A busca da plenitude — Quanto melhores os homens, melhor a sociedade. II — **Política, instrumento de organização social:** Sociedades são ambiências existenciais — É pela política que se organizam e se governam os homens — Os povos vivem em tempos históricos diversos e em diferentes espaços — A política tem de considerar o que há de eterno no homem e o que há de contingente nas sociedades humanas — As coisas existem para os homens. III — **Falta um rumo ao mundo moderno:** O homem não sabe aplicar os instrumentos que possui — Falta à política um conteúdo filosófico — A fuga de Deus — O materialismo dominante — O capitalismo selvagem — Os totalitarismos — Fora do cristianismo não há salvação. IV — **Ideologias e partidos políticos:** É o homem que faz a história — Posição do homem no universo — O projeto político é prioritário — Cada país é um só e ele só — O papel dos Partidos Políticos — Um Partido Político é uma ideologia em ação — O homem se conduz de acordo com juízos de valor — As Instituições encarnam a doutrina vitoriosa — Os atuais Partidos são incapazes, porque são inautênticos — Da necessidade de um Partido cristão e democrata. V — **A importância do Parlamento:** Todos os Partidos devem ser ouvidos, mas a Ideologia do Partido vencedor dará a tônica do projeto político — Partidos, instrumentos de luta — Só através do Partido o cidadão participa do processo político — Ideologias não são idéias fossilizadas — O Parlamento. VI — **Regime democrático, cristão e brasileiro:** A democracia só é quando é Integral — A liberal-democracia não era a democracia — Democracia cristã — Partidos, Ideologias em ação — O poder é gerado pelo Partido — O Estado expressa a Ideologia do Partido que tem o poder — Fidelidade partidária — O Partido tem de ser nacional — A natureza e as tendências do povo brasileiro — Nosso caminho político deve ser determinado pela nossa formação cristã e democrática — A Constituição valorizou os Partidos — Falta aos Partidos um conteúdo ideológico. VII — **O voto como tomada de posição:** Eleições antes e depois da República — Fraudes com as eleições indiretas e com as diretas — A Revolução de 30 — O processo híbrido — Os vícios continuam — Um ambiente político deplorável — Política e politicagem — Faltam Partidos e faltam políticos — Valorização dos Partidos — Os sistemas políticos têm que se ajustar ao feitio das nações — Problemas eleitorais são problemas de poder e refletem uma concepção doutrinária. VIII — **A responsabilidade das representações partidárias:** O voto é um direito, uma função e um dever — O parlamentar não é dono de seu mandato — Os termos do mandato estão no programa do Partido — O valor do Parlamento — Estado, espelho da nação. IX — **É preciso ver a sociedade como a sociedade é:** Para bem votar o povo tem que estar devidamente capacitado — O sufrágio há de ser um ato consciente — O eleitorado brasileiro — São as elites que governam — A democracia não é apenas um regime político, é também uma filosofia de vida — Tudo depende do homem — Como organizar um colégio eleitoral consciente — As diferentes formas de eleição. X — **Democracia cristã e democrática:** O caminho a seguir — Democracia, o melhor dos regimes — Homem integral numa sociedade integral — Só o Cristianismo vê o homem em sua totalidade — O Cristianismo não se exaure como religião, alcança todas as áreas de atuação do homem — O Ideal é realizável — A vocação cristã e democrática do povo brasileiro — Princípios e diretrizes a seguir numa democracia humanista.

I — O homem como centro da sociedade

O homem é um ser teleológico. Não vive por viver. Ao acaso. Sem saber o que quer, nem para onde vai. Tem um fim a alcançar, uma razão de viver, um processo de existência. Age em função de algo, visa a algo. Atua em conformidade com valores e em função destes. Parte de uma base, obedece a princípio, busca determinadas metas. É, portanto, um ente motivado. Sua conduta é pautada por um objetivo. E este será tanto melhor e mais elevado quanto mais completo for o homem, ou seja, quanto mais perfeita a sua **humanidade**. Esta sua **humanidade** está marcada pela sua condição de pessoa e esta é qualificada pela filosofia que orienta sua vida. Donde se pode afirmar que o homem será tanto mais perfeito quanto mais se aproximar do modelo de que é a imagem: Deus, a Perfeição Absoluta. Aí por que a filosofia cristã é a mais indicada para conduzi-lo pelas estradas da vida.

Por ser o homem assim, este ser teleológico, é que ele caminha pelo mundo por veredas que levam a um ponto determinado. Para tanto, obedece a normas e princípios insertos numa constelação de valores, ante os quais se posiciona no mundo:

“Si le destin n'est pas orienté par une valeur supérieure, si le hasard est roi, voici la marche dans les ténèbres, l'affreuse liberté de l'aveugle.” (ALBERT CAMUS) (1).

Eis, pois. Se não condicionar sua conduta pelo ideal de um valor maior, que explique e justifique a vida, o homem decairá de sua dignidade e se perderá nas trevas.

Essa conduta do homem, ele a tem, forçosamente, dentro de um meio próprio. Viva em que espaço for, seja de que raça for, tenha que condição social tiver, ele será sempre igual a si mesmo, e, desse modo, nos quatro cantos do planeta, tudo que ele fizer, fa-lo-á em função de um motivo e de um objetivo humano de vida:

“Queiramos ou não, consciente ou inconscientemente, é uma filosofia de vida e uma metafísica do mundo que norteia a nossa atividade. Todos os problemas, econômicos e políticos, morais e sociais, resolvem-se, em última análise, em problemas **humanos** e pedem soluções **humanas**, inspiradas num conceito da natureza e dos destinos do homem.” (LEONEL FRANCA) (2).

Assim, toda atitude humana reflete uma posição do homem no universo. A ação é, pois, a projeção do ideal. E o palco em que o homem representa é a sociedade. Nesta é que ele se realiza, como indivíduo e como pessoa. Biologicamente, socialmente, politicamente. No lar e na profissão. Ora, a sociedade — integração de grupos, de famílias, de pessoas — é informada pela política. Donde a importância fundamental do Estado, criado, organizado e dinamizado pela política, que lhe dá uma estrutura e um sentido.

(1) CAMUS, Albert. *L'Homme Révolté*. Paris, Gallimard, 1960.

(2) FRANCA, Leonel. *A Crise do Mundo Moderno*. Rio, J. Olympio, 1942.

É, pois, da natureza do homem buscar razões, explicações, motivações, justificações. Toda agitação social se enraíza nessas lutas do homem em procura de seu destino. Feita de homens, a sociedade reflete suas angústias, suas lutas, seus ideais. Daí assinalar LEONEL FRANCA (3):

“Não há, portanto, civilização que possa durar sem uma concepção do homem e da vida, numa palavra, sem um verdadeiro humanismo integral; toda civilização é uma metafísica viva. Impossível a separação completa entre a ideologia e a sociologia. Um laço íntimo prende indissolivelmente as realizações da história aos valores supremos do ideal.”

Certamente os fatos como que constituem o “caldo de cultura” das idéias. Sobre eles que elas trabalham. E na sociedade acontecem fatos e idéias. Mas são as idéias que dão sentido aos fatos. Elas que informam a sociedade:

“De lo que hoy se empieza a pensar depende lo que mañana se vivirá en las prazuelas” (JOSÉ ORTEGA Y GASSET) (4).

Ora, ideologias são sistematizações de idéias. Valem como concepções do homem, da vida, do universo. Traduzem uma situação cultural, uma posição do homem em face dos problemas do mundo, um ideal. Ao adotar uma ideologia o homem se define. Toma o seu lugar na sociedade. Assume um compromisso. Movimenta-se para um fim. Porque uma ideologia é uma filosofia política. Uma explicação. Uma justificação. Um caminho.

Evidente que são muitas as ideologias, muitas as estradas indicadas, muitos os rumos apontados.

Urge, portanto, que se saiba a estrada a palmilhar, a ideologia a adotar, os fins a perseguir.

Tratando-se de problemas da sociedade, cuida-se de problemas do homem. A melhor sociedade será a sociedade mais humana. E a sociedade será tanto mais humana quanto melhor retratar as necessidades do homem pleno. Do homem integral. Do homem-todo-homem. Do homem que não é só indivíduo, mas também pessoa. Do homem que não é apenas fera, mas anjo, também. Do homem imperfeito que procura a perfeição. Do homem feito à imagem e à semelhança de Deus.

A ideologia mais completa, a mais humana, a que devemos tentar, é a inspirada na doutrina cristã, pois só ela vê o homem em sua totalidade, só ela o coloca em sua dignidade essencial.

Uma política de inspiração cristã será, pois, uma política autenticamente humanista. Esta a que nos deve orientar, porque é a que responde às solicitações supremas do homem.

Naturalmente que o ideal político de uma sociedade estruturada e dirigida pelos princípios do Cristianismo jamais será alcançado em toda a sua

(3) FRANCA, Leonel. Ob. cit.

(4) ORTEGA Y GASSET, José. *El Tema de Nuestro Tiempo*. Santiago de Chile, Editorial “Cultura”, 1937.

plenitude. O homem tende, é certo, à perfeição, mas, por ser homem, jamais será perfeito. Dessa maneira a sua sociedade, obra sua, nunca será feita. Contudo, a razão da vida, no plano individual, está justamente nessa tentativa de aperfeiçoamento, através de lutas, sacrifícios, erros e acertos, derrotas e vitórias. O mesmo deve ser buscado no plano coletivo: “Por acaso seria mesquinho tender a um ideal, mesmo sabendo que jamais será totalmente atingido?”, indaga DEBRET ⁽⁵⁾, e aduz: “Maior utopia é pretender que venhamos a conhecer melhores dias sem o querer efetivamente e sem nada fazer por isso.”

O homem é um ser limitado. Não pode tudo. Todavia, dentro dos seus limites, pode muito. Ora, ser cristão é ser homem pleno, é sonhar com o céu na terra. Isso significa para o homem, no plano político, a construção de uma sociedade fraterna, digna, igualitária. Uma sociedade inalcançável, porém desejável e que deve ser tentada. Como um ponto de referência. Como um modelo. Como a verdadeira sociedade do homem. Mesmo que não se consiga tudo, muito se conseguirá, porque, como diz J. P. MAYER ⁽⁶⁾, “el pensamiento y la acción están relacionados tan estrechamente como la inspiración y la expiración”.

Realmente, as possibilidades de transformação de idéias em atos existem. A História nos mostra que foram os homens excepcionais que, através de seus grandes ideais, deram a tônica dos acontecimentos. Marcam-se as épocas pelos seus vultos representativos: a de Alexandre, a de Péricles, a de César, a de Gens-Gis-Kan, a de Cristo, a de Maomé, a de Buda, a de Luís XIV, a de Napoleão, a da Rainha Vitória, a de Katarina, a de Roosevelt, a de Stalin, a de Hitler, a de Churchill, a de Gandhi. São os homens que fazem a história. O homem não é fruto do meio. Não é mero resultado do jogo das forças econômicas. Sofre, é verdade, a influência dos fatos, mas, pela sua inteligência e vontade, domina-os, disciplina-os, dirige-os.

Desse modo, quanto melhor for o homem, quanto mais perfeito, quanto mais cristão, quanto mais perfeita a sua ideologia, tanto melhor será a sociedade que ele, através dessa ideologia, procurará implantar.

Escreve J. P. MAYER ⁽⁷⁾:

“Desde que la Historia le conoce, el hombre es un animal social. El pensamiento político es el epitome de la experiencia de su vida en sociedad. Es un intento de exponer el modo de operar suas instituciones y los principios con arreglo a los cuales deben éstas organizarse para funcionar mejor. Se ocupa de los hechos, pero también de los valores con arreglo a los cuales se aprecian esos hechos. Si bien son los hechos de la realidad las ocasiones que le dan alas, una vez lanzado adquiere vitalidad propia; cuando toma impulso se convierte en una fuerza independiente

(5) DEBRET, L. J. *Manifesto por uma Civilização Solidária*. Trad. de Frei BENEVENUTO DE SANTA CRUZ. São Paulo, Duas Cidades, 1962.

(6) MAYER, J. P. *Trayectoria del Pensamiento Político*. Versión española por VICENTE HERRERO. Introducción de R. H. TARVNEY. México, Fondo de Cultura Económica, 1941.

(7) MAYER, J. P. Ob. cit.

que excava canales, a través de los cuales fluirá, para bien o para mal, la historia futura, y que, a veces, se impone también a los actores del drama. Su tema es, no sólo el Estado, sino todas las formas en que se asocian los hombres para evitar peligros comunes y proveer a necesidades colectivas.”

II — Política, instrumento de organização social

Inspirado em fatos e determinando fatos, disciplinando-os e sendo por eles envolvido, amoldando-os, dirigindo-os, o homem é um ente eminentemente social. Vive em grupos, em comunidades. Nessas aglomerações, ele influi e é influenciado. Recebe e dá. Um homem vincula-se a todos os outros homens. Afetiva, econômica e espiritualmente. Por necessidade e por interesse. Para defesa e para ataque. Para lutas e acordos. E é aí que ele se faz valer em suas idéias, em sua compreensão de si próprio, do próximo, do seu destino, da sociedade, do mundo. Em sua filosofia. E, como vive em coletividades, e estas, para se constituírem realmente ambiências existenciais, precisam ser organizadas, ele tem que agir politicamente. Porque é pela política que se organizam, se disciplinam e se governam os homens. Ora, a política é uma ideologia em ação. Quando a gente fala em política democrática, em política comunista, em política fascista, em política cristã, está exprimindo uma concepção filosófica, uma compreensão doutrinária, um posicionamento ideológico em face dos problemas que a coletividade enfrenta.

Ciência do Estado, e, também, arte de governo, a política é o instrumento de estudo e de ordenação da vida dos homens em comum. E como as coletividades vivem em terras diferentes e, dentro delas, sucedem-se as gerações, ou seja, existem em tempos diversos e em diversos espaços, a política, para ser válida, há-de surpreender, nos homens das várias coletividades, em cada época e em cada lugar, aquilo que, ao lado do que há de eterno no homem, há de contingente, de nacional, de típico, de temporal, nas diferentes sociedades. Ela há de pesar as condições geoeconômicas, as características étnicas, os estágios culturais, os recursos naturais e os momentos históricos de cada povo e de cada país. Há, pois, de ser realista, porque só assim servirá aos homens, e só servindo aos homens serve ao homem. Entretanto, ao espelhar essas situações existenciais típicas, ela, que serve ao homem, que traduz um ideal humano, há, sempre, por isso mesmo, de propor um rumo. A política vale como um projeto. Tem motivos, razões, pressupostos. E obra segundo um intento. Obedece sempre, por conseguinte, a uma filosofia.

As realidades variam, não só de país a país, como, ainda, dentro de um mesmo país. Fenômenos físicos e sociais modificam o **facies** dos diversos Estados. Afora isso, as ciências progredem, os recursos se renovam, as riquezas se transformam, forças insuspeitadas são reveladas. Em dado momento histórico uma descoberta científica pode tornar forte uma nação fraca e vice-versa. Os recursos materiais são contingentes. O que é preciso, portanto, é que todos esses recursos, digamos, **econômicos**, de que

um povo dispõe, sejam trabalhados e usados no sentido do bem-estar do homem, logo, de todos os homens. Daí advertir XIRAU (8) ser “preciso em todo momento considerar las cosas bajo una cierta especie de eternidad”, eis que — acrescenta — “tal es la esencia de la filosofía y aún de la vida espiritual entera. Mediante ello la vida y la historia buscan un sentido perenne y se impregnan de eternidad”.

Entrementes — observa, ainda, XIRAU — “nos hallamos en plena barbarie. El hombre actual posee medios poderosísimos. Carece de fines claros, de ideales capaces de exigir la sumisión incondicional de la vida”. E conclui: “Podemos hacerlo casi todo. No sabemos, empero, qué hacer.”

III — Falta um rumo ao mundo moderno

Realmente, o panorama do mundo atual é esse: os homens possuindo instrumentos poderosíssimos, mas sem saber aplicá-los em benefício próprio. Antes se afogando em suas próprias conquistas. Aquilo que serviria para elevá-los, dignificá-los, fazê-los felizes, está servindo para amedrontá-los, torturá-los, destruí-los.

O que falta ao mundo é um rumo alto. Porque, ao organizarem as suas sociedades nacionais, os homens o fazem sem obedecer àqueles princípios permanentes que dignificam a espécie. Falta à política vigente um conteúdo filosófico. Donde ideologias indefinidas, confusas, de propósitos imediatistas e vulgares. Ideologias sem ideologia.

O mundo está em crise e, na origem da crise, está a fuga do homem de Deus, de quem é feito à imagem e semelhança. Logo, na fuga de si mesmo. O que se vê, por toda parte, é o imediatismo. O arrivismo. O pragmatismo. O materialismo. Os valores estão invertidos, pelo que o homem, valor maior, está sendo desconsiderado. Na organização social perdeu-se o senso da hierarquia. Subordinou-se o mais alto ao mais baixo. Donde a prevalência do egoísmo. O ceticismo. A decadência. A dor. O desespero. As lutas. A desesperança. A descrença.

O mundo é feito pelos homens. E os homens não nasceram para se dividir em ricos e miseráveis, em senhores e escravos, em poderosos e oprimidos.

Vivendo — e só podendo viver — em sociedade, esta será o reflexo de suas virtudes e defeitos, de seus anseios, de suas carências, de sua força, de sua fraqueza, de seu valor.

E como a sociedade é edificada através da política, e esta é a manifestação de uma ideologia — que, por sua vez, se enraíza em uma filosofia —, conclui-se que a grande tarefa, a mais importante e imediata, consiste na recuperação do homem, na sua reabilitação, na sua integração em sua autenticidade de pessoa, isto é, em seu retorno à condição de **centro terreno**

(8) XIRAU, Joaquim. *Lo Fugaz y lo Eterno*. México, Centro de Estudios Filosóficos de la Facultad de Filosofía y Letras, 1942.

do universo, ou seja, de um ser em torno e em função do qual sejam dispostas as coisas, ou melhor, estruturada a sociedade.

Estamos, pois, que o retorno do homem a si mesmo só será possível pela organização política das sociedades em termos da filosofia cristã. É que, lembra ainda XIRAU, "toda vida posee una dirección, se traza un camino y abre ante sí un ámbito de luz". Ora, nenhum caminho melhor se conhece, capaz de conduzir o homem a um alto destino, do que o traçado pelo Cristianismo, pois só neste o homem é considerado em toda a sua plenitude. A civilização, diz LEONEL FRANCA (9), "no seu plano, será tanto mais perfeita quanto melhor organizar os seus quadros de vida social em harmonia com as exigências da plenitude humana. Será inferior a estrutura de uma coletividade em que a constituição da família tolere os abusos da poligamia; em que a autoridade degenerar em tirania opressora das consciências; em que o regime econômico multiplique as injustiças sociais; em que a filosofia mutile a razão num agnosticismo relativista que desconhece os direitos da verdade; em que a arte se degrade, pondo-se a serviço dos apetites cegos de uma sensualidade indisciplinada".

A plenitude humana é dada pela condição cristã do homem. E este é um ser teleológico. Não vive por viver: vive segundo razões e visando a determinados objetivos. Assim, também, os povos.

Pois bem, os homens vivem em família, em grupos profissionais, em comunidades, em sociedades nacionais, dentro da coletividade internacional. O que ele for será a sua sociedade, retrato seu. Ora, a sociedade nacional por excelência é o Estado. A sociedade internacional é uma sociedade de Estados. Cada Estado representa uma organização social típica. E esta organização só será plenamente humana se responder às necessidades do homem pleno. Do homem cristão.

Ressalta, de tudo, a importância de uma compreensão elevada do homem, para efeito da implantação, pela política, de uma ideologia que represente essa compreensão e proponha meios de efetivá-la.

Contudo, critica LEONEL FRANCA (10), "todo o progresso material revelou-se incapaz de satisfazer às exigências profundas da nossa natureza. É a lição mais trágica que nos dá o mundo contemporâneo inquieto e convulsionado. Em face do aperfeiçoamento maravilhoso dos meios esquecemos o fim. E nesta subversão metafísica de valores manifesta-se um dos sintomas mais alarmantes de decadência".

Deus é a perfeição, e o homem a Ele tende. Assim, na procura de uma sociedade (Estado) feliz, cumpre buscar, antes do mais, a integração do homem em sua plenitude. O homem pleno dará uma sociedade plena.

Os gastos com armamento, as guerras incessantes, as ameaças, as crises, as revoltas, as injustiças, a miséria, os sofrimentos, o egoísmo, a insensibilidade dos senhores do mundo, a concupiscência, a corrupção, a des-

(9) FRANCA, Leonel. Ob. cit.

(10) FRANCA, Leonel. Ob. cit.

crença, o desespero, tudo isso, que convulsiona o mundo, demonstra que o grande mal é a fuga de Deus. Entregue à própria sorte, o homem, sem um ponto de apoio e um centro de gravitação, que é Deus, está perdido e desorientado. Deslocou-se de sua eternidade, vive no que tem de efêmero. Toda tragédia contemporânea resulta da decadência do homem. Mutilado, alienado, confundido com as coisas, o homem atual é um não-homem. Donde a subordinação dos valores maiores aos menores. O materialismo acachapante. A maldade, a mesquinhez, a mediocridade. A volta a Deus seria a volta do homem a si próprio. E só readquirindo a sua perdida dignidade poderá o homem projetar-se superiormente em suas obras. Só o homem autêntico produzirá uma sociedade autenticamente humana. E somente o Cristianismo possibilitará esse retorno do homem a Deus e a si mesmo. Só uma sociedade informada nos princípios cristãos dará paz, alegria e grandeza ao mundo.

No momento, assistimos à chamada luta do Ocidente contra o Oriente. Ou melhor, dos Estados Unidos da América contra a URSS. Luta ideológica, mas inglória. Porque tão materialista é a civilização soviética quanto a estadunidense. O "liberalismo" dominante no Oeste é agnóstico. Degenerou o homem. Atomizou valores. É inorgânico, utilitário, arrivista, imediatista. A sociedade ocidental é uma sociedade sofredora, pois dividida em ricos e miseráveis, fortes e fracos, poderosos e humilhados. Uma sociedade sem substância humana. Anticristã. Onde o homem foi reduzido à condição de simples mercadoria. Sim, o homem, no mundo dito liberal-democrata, é um ser que está sempre à venda. Vende suas forças, suas idéias, seus sentimentos. Até órgãos de seu corpo ele já está vendendo. Porque, nessa sociedade, vale quem possui mais. O poder é o poder do dinheiro. Por outro lado o totalitarismo ateu e materialista dominante no Leste esmaga o homem, transformando-o em um autômato, em simples número, em mero objeto do Estado ou da Economia.

Urge, assim, na procura de uma sociedade realmente humana, fazer com que o homem reingresse em sua condição de ser feito à imagem e à semelhança de Deus.

Só readquirindo a sua dignidade essencial de pessoa estará o homem capacitado para uma atividade política que o induza e o conduza no caminho de uma sociedade justa, livre, igualitária, porque só então sua ideologia estará marcada pelos propósitos realmente humanos contidos no lema do amor ao próximo.

O básico e essencial é, pois, assentarmos uma compreensão cristã do homem, e só depois disto partir para uma reestruturação dos segmentos políticos, sociais e econômicos da sociedade, eis que as instituições são criadas e ativadas no sentido do aprimoramento da vida dos homens em sociedade, quer dizer, visando à ordenação da existência em comum dos homens, e, sem se ter do homem uma concepção elevada, e sem se organizar a sociedade em função dos reais interesses do homem — de todos os homens —, nada de bom e de durável se conseguirá.

Não há como destacar a religião da filosofia, nem o direito da economia, nem a ciência da moral, e a política, para ser humanamente construtiva, há de servir-se da contribuição da religião, da filosofia, da moral, da ciência e do direito, mas tudo isso deve estar embebido das verdades cristãs, que a tudo dará sentido.

Política — insistamos — é uma ideologia em ação, e se a ideologia “liberal” faz do homem uma abstração e o deixa entregue ao livre jogo de forças econômicas em competição, transformando-o em simples mercadoria, e se as ideologias totalitárias aniquilam o homem, convertendo-o em mero atributo do Estado ou da economia, será na ideologia cristã que os homens terão de tentar uma solução para os males do mundo.

O essencial é que o homem volte ao homem, se reconquiste em sua humanidade perdida: “O homem” — escreve o Papa JOÃO PAULO II (11) — “não pode abdicar de si mesmo, nem do lugar que lhe compete no mundo visível; o homem não pode tornar-se escravo das coisas, das riquezas materiais, do consumismo, dos sistemas econômicos, ou daquilo que ele mesmo produz; o homem não pode ser feito escravo de ninguém nem de nada; o homem não pode prescindir da transcendência — em última análise, de Deus — sem amputação no seu ser total”. E mais: “Quanto seria benéfica para o mundo uma melhor acolhida a esta compreensão do homem a partir da sua plena verdade, a única, capaz de dar sentido humano às várias iniciativas da vida cotidiana: programas políticos, econômicos, sociais, culturais etc.”

IV — Ideologias e Partidos Políticos

Reiteremos, então: toda e qualquer organização política tem que partir do homem, ser feita com ele, por ele e para ele. O Estado é obra do homem. Sua estrutura espelha as virtudes e os defeitos dos homens que o constroem. E o Estado é obra da política. Esta é feita pelos políticos. Por homens. Estes edificam o Estado mediante uma ideologia. E esta é movimentada por um Partido.

Fixemos, assim, desde já, que o homem integrado em si mesmo, posto em sua plenitude, sendo cristão, poderá, através de um Partido, tornar vitoriosa uma ideologia cristã, em cujos princípios e postulados se inspire, se apóie, se estruture e se oriente o Estado.

Não se veja utopia, nisto. Sonho, talvez; porém, um sonho realizável. É o homem, pela vontade a serviço de um ideal, que faz a história. O homem cristão pode realizar a sociedade cristã:

“O homem realizará sua humanidade caso se mantiver constantemente em relação com a totalidade da realidade que está nele mesmo e com aquela que o cerca. Ele surge na verdade como um nó de relações voltado para todas as direções” (LEONARDO BOFF) (12).

(11) JOÃO PAULO II, Papa. Encontro com o Presidente da República Federativa do Brasil, in: *A Palavra de João Paulo II no Brasil*. São Paulo, Edições Paulinas, 1980.

(12) BOFF, Leonardo. *O Destino do Homem no Mundo*. Petrópolis, Vozes, 1976.

É isso: o homem há de voltar-se para **todas** as direções. A religião, a moral, o direito, a economia, a ciência, a política, devem ser uma constante em suas preocupações. Em tudo isso ele deve infiltrar a sua humanidade, deve ver instrumentos de sua realização humana. Sendo cristão, sendo pleno, sendo autenticamente homem (e “a primeira vocação do homem terrestre consiste em ele ser homem”, ensina LEONARDO BOFF), ele há de estar na base, no centro e no fim de todo processo social, econômico, político, científico ou jurídico. Mas o homem vive num espaço e num tempo, sujeito, portanto, às contingências e pressões temporais — étnicas, econômicas, sociais, telúricas etc. Vive num determinado Estado, que é a sua sociedade politicamente estruturada. Esse Estado há, dessa maneira, de encarnar a **humanidade** permanente do homem e a **nacionalidade** variável dos elementos condicionantes da vida dos homens em certo espaço e em determinado tempo.

No Brasil, por isso mesmo, advogamos ⁽¹³⁾ a instituição de uma República Democrática Cristã. A tão-só titulação indicaria a substância cristã de um regime político. O Estado, assim plantado, intuiria um sentido humano. Estaria a serviço do homem. Seria um instrumento de realização do homem. Porque o que todos os homens querem é a sua plena realização. E só dentro de uma ideologia cristã eles encontram resposta aos seus anseios maiores. Uma democracia cristã expressa uma sociedade verdadeiramente humana. Não se diga — repetamos — que isso seja uma quimera. Não é. Idéias são coisas realizáveis. É por suas idéias que os homens governam o mundo. A história são idéias em marcha. As coisas não valem por si, mas pela sua utilização e destinação. E são os homens que dão às coisas uma utilidade e uma finalidade. De acordo, é claro, com o seu pensamento, suas idéias, sua concepção do mundo, sua ideologia. Posicionado como centro do mundo terreno, o homem há de organizar esse mundo à sua imagem. Segundo suas necessidades. Em conformidade com os seus propósitos. De modo a neles cumprir o seu destino de pessoa: “O homem — lembra LEONARDO BOFF ⁽¹⁴⁾ — está colocado entre Deus e o mundo. Frente ao mundo, senhor; frente ao outro, irmão; e frente a Deus, filho”, e, assim, “não se deve ocupar com o mundo de tal forma que esqueça o outro e a Deus. Como não deve se ocupar com Deus e com as coisas divinas de tal forma que venha a olvidar suas obrigações para com o mundo e com o irmão”.

Aí está o caminho: a busca de uma civilização cristã. Que só pode ser atingida se o homem integrar-se em sua real condição de pessoa.

Por tudo isso, o projeto prioritário dos homens, atualmente, é um projeto político. Todos nós havemos de nos concentrar num esforço comum em busca de um Estado que supere as contradições atuais e se firme como, realmente, um instrumento de realização nacional do nosso povo. O retorno às fontes cristãs de vida é imperioso. Reintegrado em sua plenitude, o homem saberá tentar uma ordenação social igualmente plena. Através da

(13) FIGUEIREDO, Paulo de. Uma Constituição brasileira para o Brasil — Revista de Informação Legislativa. Brasília, Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, n. 81, jan./mar. 1984, pp. 163-216.

(14) BOFF, Leonardo. Ob. cit.

política, pela qual estrutura o Estado: "O objeto do esforço a empreender é todo o homem e todos os homens", como proclama DÉBRET, (15) mas, para isso, é necessário compreender, com ele, que "as tarefas do nosso tempo não podem ser reduzidas apenas à transformação dos regimes econômicos, exigem modificação dos regimes políticos e, em última análise, a instauração de uma nova civilização".

Evidente que essa civilização que o homem há de procurar estará distante da liberal-democrata, da fascista e da comunista, a primeira agnóstica, as outras anti-humanas. Será, digamos sempre, a civilização cristã.

Tudo está, afinal, na busca do homem total, que só ele é capaz de um regime político em que seja considerado em sua autenticidade. Não pode o homem, por isso, ser reduzido a um de seus elementos, tem de ser situado em todos os seus aspectos. É como diz MAX SCHELLER (16):

"La idea del animal racional, en sentido clásico, era demasiado estrecha. El **homo faber** de los positivistas, el hombre dionisiaco (Klages), el hombre como **enfermedad de la vida**, el **superhombre**, el **homo sapiens** de LINNEO, el **hombre machine**, el **hombre poder** de MAQUIAVELE, el hombre **libido** de FREUD, el hombre **económico** de Marx, el **caído** de Adán, hechura de Dios; todas estas representaciones son sobremanera estrechas. Todas son, por decirlo así, ideas de **cosas**. El **hombre**, empero, no es una cosa, es una dirección del movimiento del universo mismo; más aún, de su fundamento."

Só esse entendimento perfeito do homem possibilitará a implantação, entre os povos, de sociedades em que os homens todos possam criar instituições favoráveis ao seu pleno desenvolvimento e à promoção do bem comum. Onde a importância das ideologias políticas e, em decorrência, dos Partidos Políticos, que as incorporam e têm por missão incorporá-las nos órgãos que disciplinam e orientam as atividades dos homens em sua vida em comum.

É de se ter em conta, todavia, que, ao lado de um elemento constante, permanente, irredutível, eterno — a **humanidade** do homem, a política terá, sempre, de pesar os elementos contingenciais e conjunturais de sua existência, ou seja, as condições típicas, intrínsecas e extrínsecas, de sua vida, nos diversos tempos e nos diferentes espaços. Dessarte, como observa R.H. TAWNEY (17), conquanto "el dato más importante de los seres humanos no es su raza, color, nacionalidad o credo, sino el hecho de que son humanos", pelo que "los descubrimientos que hace el pensamiento tienen una significación permanente", não se deve esquecer que "el hombre vive en un mundo de diversidad y cambio, la validez de la expresión que da a esos descubrimientos no es absoluta, sino relativa".

O pensamento político opera em todos os tempos e lugares, vertical e horizontalmente. Mas sempre na história. História que é feita pelos homens,

(15) DÉBRET, L. S. Ob. cit.

(16) SCHELLER, Max. *El Porvenir del Hombre*. Buenos Aires — México, Espasa Calpe Argentina, 1942. Prólogo de JOSÉ ORTEGA Y GASSET.

(17) TAWNEY, R. H. *Introdução à Obra de J. P. MAYER*, cit.

com os homens, para os homens. O homem é o radical, o elemento básico e permanente do processo político. Contudo, as condições e as situações em que o pensamento político atua variam de povo a povo e em cada época. Por isso, o pensamento político tem, igualmente, de ser nacional, pois cada país é um só e ele só.

Aceitemos e assentemos, com CHESTERTON ⁽¹⁸⁾, que “o homem é a medida de todas as coisas” e, em consequência, jamais olvidemos, como quer BENEDETTO CROCE ⁽¹⁹⁾, que “qualquer que seja o esquema daquilo para onde o mundo vai, esse esquema será preenchido por homens, e só é real nos pensamentos, nos sentimentos e nos atos dos homens, e terá a realidade que eles lhe derem, sendo tanto melhor quanto melhores forem aqueles homens”.

Assim compreendido o homem, assim fixada a sua posição no mundo, assim visto o seu papel na condução dos acontecimentos, logo se chegará à conclusão de que está reservada aos Partidos Políticos, entendidos como ideologias institucionalizadas, a missão grandiosa de promover a restauração das sociedades em bases realmente humanas, capazes de propiciar aos homens o pleno cumprimento de seu destino.

O homem — recordemos — não é somente um indivíduo, mas — e sobretudo — uma pessoa que vive numa família, num grupo profissional, dentro de uma comunidade, integrando uma sociedade nacional que se vincula a todas as demais nações.

Dessa maneira, sua conduta é multiforme, pois diversas as suas solicitações e as solicitações dos diferentes meios em que age: público e privado, econômico, profissional, social, político, cultural. Seus direitos e seus deveres se ligam a essa sua condição de indivíduo e de pessoa, e à de sua família, ao seu grupo profissional, à sua cidade, ao seu país, ao mundo. Seus interesses não são só seus, são também de sua família, de sua profissão, de sua comunidade, de seu país, todos presos, é claro, à sua condição humana fundamental. Donde necessitar o homem de se credenciar para uma participação efetiva nessas diversas ambiências.

Ressalta, de tudo, a importância da política, tomada esta em seu verdadeiro e nobre conceito de ciência do Estado, pois é no Estado, afinal, que se projetam os interesses de todos, eis que ele reflete, em sua estrutura e em seus objetivos, as necessidades e aspirações de toda uma sociedade nacional.

Ressalta também, daí, a importância dos Partidos Políticos, porque neles é que se consubstanciam as idéias dos integrantes dos diferentes segmentos da sociedade. O círculo político abrange todos os demais círculos de atividade do homem. Inclui todos eles, deles se serve e a eles serve. Inspira-se em todos os outros e, depois, ordena-os e utiliza-os em vista a determinados fins. Daí afirmar SIMON SCHWARTZMAN ⁽²⁰⁾, primeiro, que “a separação da vida social transforma a vida política em um ritual vazio de

(18) CHESTERTON, G. K. *O Homem Eterno*. Trad. de LOURIVAL CUNHA. Porto Alegre, Globo, 1931.

(19) CROCE, Benedetto. *Orientações*. Trad. de MIGUEL RUAS. Rio, Athenas, s/d.

conteúdo, dispendioso e, essencialmente, inútil para governantes e governados”, e, depois, que “é na medida em que a sociedade desenvolve a capacidade de participação de seus cidadãos em muitas áreas diferentes, restabelecendo de forma efetiva o vínculo perdido e oculto pela tradição liberal entre o Estado e a sociedade, que o sistema eleitoral pode, eventualmente, recobrar ou conquistar o seu sentido de manifestação consciente e estruturada de valores sociais”. Essa participação eleitoral, essencialmente uma participação política, só é viável através do Partido Político, este colocado como coisa viva, representativa de uma ideologia pela qual se busca a informação do organismo estatal. É assim que se tem de entender os Partidos, que, então, interpretando sentimentos, anseios e idéias da sociedade, procurará traduzi-los em projetos e efetivá-los em normas obrigatórias, donde escrever MAURICE DUVERGER (21) que “os Partidos tanto criam a opinião quanto a representam”.

Um Partido Político é, pois, como que uma institucionalização de uma ideologia, uma ideologia em movimento. Capta as aspirações, interpreta-as, ordena-as, transforma-as em um projeto, busca satisfazê-las. Logo, é influenciado e influi. Recebe e dá. Desse relacionamento nasce a força do Partido. Quanto mais fielmente ele expressar as necessidades e os ideais comuns, tanto melhor planejará satisfazê-los. Quanto mais humano, mais universal. Quanto mais real, mais nacional. Humano e nacional, impor-se-á.

Só através do Partido o homem pode realizar o seu ideal político. A nação (todos os homens), por seus representantes nas diversas assembléias e nas chefias do governo do país e das províncias, tenta efetivar os propósitos contidos nos programas partidários. Esse o processo político por excelência. É que, tal ensina LEONEL FRANCA (22), “uma concepção da vida e das finalidades que se instala numa consciência, como verdade e ideal, tende irreprimivelmente a moldá-la à sua imagem e semelhança. Em face da pressão social o indivíduo já não é um receptor passivo; age e reage de acordo com os juízos de valor que lhe traçam um programa de vida”. A ideologia de um Partido, obtendo este o poder, informa o Estado. Este passa a vivê-la. Terá o feito que ela lhe der:

“Com os anos ou com os séculos, a compenetração entre a idéia e os fatos torna-se íntima e profunda. Os órgãos da vida comum, a estrutura da família e da sociedade e a hierarquia dos valores encarnam a expressão natural da doutrina vitoriosa. Vivendo, então, as próprias instituições, o povo vive as suas idéias” (LEONEL FRANCA) (23).

Tudo isso realça o enorme valor dos Partidos nas sociedades modernas, ditas democráticas, onde prevalece, por princípio, a ideologia da maioria.

(20) SCHWARTZMAN, Simon. As eleições e o problema institucional: Estado e Sociedade no Brasil. Dados — Publicação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro — 1977.

(21) DUVERGER, Maurice. Origem, evolução e papel dos Partidos Políticos. In: Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais do Brasil — Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro — UnB — Brasília, 1982.

(22) FRANCA, Leonel. Ob. cit.

(23) FRANCA, Leonel. Ob. cit.

A importância dos Partidos no que toca à estruturação da sociedade faz sobressair o significado das ideologias que eles visam. No momento, o que se vê, ainda, em tese, é — repisemos — a luta do totalitarismo contra o liberalismo. Mas, repitamos, nem serve o comunismo soviético, nem a democracia liberal estadunidense. As filosofias que inspiram os sistemas políticos da URSS e dos Estados Unidos traduzem-se em organismos sociais agnósticos ou ateus, materialistas, utilitários, desprovidos de substância humana, onde, portanto, o homem ou é omitido ou esmagado, ou transformado em mercadoria ou em simples máquina de produção.

Desde já tomemos uma posição e advoguemos, para os brasileiros, um Partido democrata e cristão, que, se autêntico, ensejará um reencontro dos ideais eternos do homem com as realidades brasileiras, propiciando uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais humana, mais independente.

A Constituição vigente institucionalizou os Partidos, o que valeu como um reconhecimento de sua importância e de seu valor. Impôs-se a fidelidade partidária, outra conquista que deve ser irreversível, pois manifesta um compromisso ideológico. O que falta, agora, é o surgimento de um Partido capaz de arregimentar o povo, o que aconteceria se surgisse um Partido verdadeiramente cristão, que postulasse, lealmente, conscientemente, inteligentemente e corajosamente, a transformação, em vivências sociais, dos princípios, dos postulados e dos objetivos do Cristianismo, naquilo em que se aplicam ao mundo terreno.

Os Partidos que temos, atualmente, são inautênticos. Dentro de qualquer um deles seus membros exibem a maior disparidade de idéias. Em cada qual atuam elementos da direita, do centro e da esquerda. É que nenhum, em verdade, tem uma ideologia. Tanto que pretensos líderes volta e meia se dizem dispostos a se transferir para outro Partido... uma piada. Porque Partidos autênticos são os que, pelos seus departamentos próprios procuram ajustar os seus programas às realidades nacionais, mutáveis sempre, mas sem prejuízo de princípios e sem fugir aos seus fins últimos, expressos em sua ideologia.

Através de suas bancadas, os Partidos atuam doutrinariamente no estudo e encaminhamento dos diversos problemas submetidos à apreciação parlamentar.

Se os Partidos são autênticos, se autênticas as suas representações, então cada parlamentar, ao discutir e votar uma matéria, estará procurando, mesmo nos assuntos mais simples, encaminhar as coisas no sentido da realização dos propósitos visados pela filosofia que o levou a ingressar em determinado grêmio político" (PAULO DE FIGUEIREDO) (24).

Ora, dentro dos Partidos existentes, os membros de um mesmo Partido se digladiam na discussão, por exemplo, de temas como se a economia deve ser livre ou dirigida; se o Estado deve ser intervencionista ou abstêmio; se a propriedade deve ou não ter uma função social; se deve ou não ser

(24) FIGUEIREDO, Paulo de. Partidos, Congresso, Democracia. In: *Problemas Políticos da Atualidade*. Brasília, Senado Federal, 1979.

realizada uma reforma agrária de verdade; se os trabalhadores devem participar dos lucros das empresas e de sua gestão; se os meios de informação e de comunicação devem ou não ser controlados pelo Estado; se o ensino deve ser livre ou oficial; se as multinacionais devem ser policiadas; se a migração deve ser disciplinada; se se deve implantar uma política de controle familiar; se devemos reestruturar as normas de nosso relacionamento internacional etc.

A formação brasileira é cristã, cristão o sentimento do nosso povo, cristãos os objetivos que temos em mira. Por que não tentar, então, um Estado inspirado nos princípios do Cristianismo? O meio, diz LABRIOLA (25), "s'est organisé d'une façon particulière. Il transpire une essence. Cette essence d'un milieu dominera la vie d'un individu et du groupe fractionnaire; et, par l'action que l'une et l'autre auront développée, il en sera reforcé et consolidé". Isso fala da possibilidade, no Brasil, de um Estado politicamente ordenado em função da doutrina cristã. Porque a "essência" que o meio brasileiro transpira é a cristã. Um Partido democrata e cristão estaria apto a surpreender, articular e orientar essa "essência", implantando-a no cerne da sociedade nacional.

"Representar — observa MARIA D'ALVA KINZO (26) — é, de algum modo, refletir os representados", e, isto assente, há-de se concluir que falta, no Brasil, um Partido que encarne as aspirações mais profundas de nossa gente, que, desde o começo de nossa formação histórica, foi guiada pelos princípios do Cristianismo.

V — A importância do Parlamento

Cabe, já agora, reconhecer a necessidade das assembléias representativas, sintetizadas no Parlamento. Pois é neste que atuam os Partidos Políticos. Estes traduzem os ideais dos diferentes segmentos da sociedade. "Qualquer que seja a ligação entre representante e representado, a condição de representante está sustentada por um consentimento dos representados, consentimento este que lhe dá autoridade para pensar, agir ou falar em nome dos outros" (MARIA D'ALVA KINZO) (27). O trecho fala da importância do Partido, conceituado este como um órgão a serviço de uma ideologia. E fala da necessidade da fidelidade partidária, pois os segmentos humanos, que os parlamentares representam, se unem, divergem, agem e lutam por princípios e propósitos diferenciados, mas que precisam, todos, ser devidamente considerados na elaboração de um projeto político nacional comum. O Parlamento é esse caldeirão em que fervem todas as tendências ideológicas de um povo, que ele apura, ordena e canaliza para um objetivo geral. Certo, prevalecerá a maioria. A vontade do Partido vencedor. Uma ideologia, portanto, há de se impor às demais. E o Parlamento será, naturalmente, o veículo dessa ideologia. Todos os Partidos, pelas suas bancadas, contribuirão, dentro de suas forças, para o aperfeiçoamento do projeto comum. Mas a tônica deste será a que lhe der o Partido maior, cuja ideologia

(25) LABRIOLA, Arturo. *Le Crépuscule de la Civilisation*. Paris, G. Mignolet e Storz, s/d.

(26) KINZO, Maria D'Alva. *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo, Simoes, 1980.

(27) KINZO, Maria D'Alva. Ob. cit.

o Parlamento interpretará, disciplinará e procurará impor. É que as instituições “funcionam não apenas como linhas férreas, através das quais a vida desliza livremente, mas também como mecanismo de direção de ação”, e isso porque os Partidos presentes no Parlamento “não são construções mentais com vista ao repouso, ao gozo ou à edificação pessoal, nem esboços de pensamento sistemático, nem teorias ou hipóteses com intenção de pesquisa, e sim instrumentos de auto-afirmação e de luta, palavras de ordem no sentido da reunião ou separação dos espíritos, armas para a defesa ou para o ataque”, opina HANS FREYER (28). Ideologia não é utopia, é filosofia. É uma concepção do homem, da vida, do universo. É uma posição. É um caminho. É um norte. E é pelo Partido que ela se faz valer, este atuando no Parlamento, pelos seus representantes.

Diz ORLANDO DE CARVALHO (29): “Qual é o objetivo do projeto político brasileiro? A mim me parece que é estabelecer uma democracia de Partidos que favoreça a auto-realização dos indivíduos e da justiça na totalidade”. E adianta: “Para atingir este objetivo, o ponto de partida é a participação voluntária na política”. Está certo o ilustre ensaísta. Só pelo ingresso num Partido, mediante uma opção política consciente, poderá o cidadão participar do processo de desenvolvimento nacional de que todos devem ser responsáveis. Política é isso, essa participação voluntária no estudo, na crítica, no encaminhamento de soluções para os problemas de interesse comum, na luta pela implantação de um sistema ideológico. E só se faz efetiva através dos Partidos, órgãos representativos dos diferentes ideais do homem. Por outro lado, o campo de atuação dos Partidos, onde eles têm o poder de decisão, são as diversas assembléias: as municipais, as estaduais e as federais.

Crescem, pois, os Partidos, em significado e em valor. De pronto se reconheça que, para serem autênticos, os Partidos hão-de ser ideológicos. Só assim se impõem como um compromisso. Só assim se justificam. Isso não impede que atendam às variações impostas pela evolução social. O ser ideológico não implica imobilismo. A verdadeira ideologia supõe e prevê as transformações que se operam na sociedade. Apenas, o Partido há de representar um objetivo de estruturação do Estado segundo motivos e fins definidos que transbordam das situações conjeturais. Há de atender, por sua ideologia, às necessidades gerais, profundas e permanentes do homem, sem, com isso, deixar de considerar as circunstâncias temporais variáveis da existência das diferentes coletividades. Esse problema foi adentrado por BARACHO (30): “Os futuros Partidos não podem limitar suas preocupações em estabelecer as formas de acesso e ocupação do poder, sem que, através destes mecanismos, consigam atender e acompanhar as grandes transformações sociais e econômicas do mundo moderno. Devem as reestruturações partidárias atender ao verdadeiro significado da representação política, refletindo as aspirações das correntes existentes.” Assim — prossegue —

(28) FREYER, Hans. *Teoria da Época Atual*. Trad. de F. GUIMARÃES. Rio, Zahar, 1965.

(29) CARVALHO, Orlando de. Os Partidos Políticos e a legitimação do processo político brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, n. 64, out./dez. 1979, pp. 57-66.

(30) BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria Geral dos Partidos Políticos. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, n. 64, out./dez. 1979, pp. 127-166.

“a institucionalização de qualquer sistema partidário não deve conter-se, apenas, dentro de suas características formais. Representando as bases eleitorais diferenciadas, os quadros partidários têm de acompanhar o dinamismo social, para que possam responder às aspirações da sociedade contemporânea”. Ora, as aspirações da sociedade são as aspirações dos homens que, de raça, condição, recursos e nacionalidades diferentes, variam, é certo, no espaço e no tempo, mas que sendo, em essência, aspirações **do homem**, têm um núcleo irremovível, eterno, que confunde e irmana todos os homens num ideal que supera os ideais, num propósito que inclui todos os propósitos, num projeto que é o projeto de todos os homens, de todos os tempos: uma sociedade que se constitua uma ambiência coexistencial em que todos os homens participem equitativamente dos bens da civilização e da cultura.

Ideologias não são idéias fossilizadas, são princípios de vida. Podem, dessa maneira, os Partidos Políticos, veículos de diferentes ideologias, atender às solicitações dos homens em cada tempo e em cada espaço, sem, por isso, fugirem aos seus postulados fundamentais e permanentes.

A democracia é o regime que todos queremos. A democracia plena. Que só pode ser a cristã. Porque o regime que o homem quer é aquele em que possa formar-se, firmar-se e afirmar-se em sua dignidade de pessoa humana. Essa democracia nada tem de comum com a chamada democracia liberal, onde os homens são divididos entre ricos e pobres, poderosos e oprimidos, exploradores e explorados. Há de ser uma democracia cristã, cujo fundamento é o amor ao próximo. Democracia não só política, mas também social e econômica. Democracia orgânica e integral. Democracia que nunca tivemos: “Vivemos de noções absolutamente irreais da democracia, forjadas pelos juristas com base nos filósofos do século XVIII”, critica MAURICE DUVERGER ⁽³¹⁾. Democracia total — aí a meta assinalada aos diversos Partidos Políticos, cuja responsabilidade é, assim, manifesta, pois a eles, por seus representantes nos órgãos do Poder, incumbe formular os modelos políticos por onde tentar a efetivação dessa democracia. Atualmente, repitamos, não temos Partidos possuídos de ideologia. Os que aí estão não passam de meros aglomerados de indivíduos das mais variadas tendências. Neles se agrupam e às vezes se atropelam indivíduos do centro, da direita, da esquerda, espiritualistas e materialistas, nacionalistas e antinacionalistas, crentes e agnósticos, idealistas e indiferentes, bem intencionados e oportunistas. Além disso, todos vinculados a princípios, normas e exemplos buscados em outras plagas, sem substância realmente nacional, brasileira. Daí afirmar POMPEU DE SOUZA ⁽³²⁾ que essas agremiações constituem “ficções inteiramente desgarradas da verdade social e da política brasileira”.

O importante é, pois, procurar-se a criação de Partidos que expressem o pensamento dos diferentes setores da sociedade, em termos humanos e em termos nacionais, segundo as necessidades do brasileiro como homem, mas como homem que vive num espaço específico, num determinado tempo, dentro de uma cultura, formado em um processo histórico próprio. E vale,

(31) DUVERGER, Maurice. Ob. cit.

(32) SOUZA, Pompeu de. Eleições de 62: Decomposição partidária e caminhos da reforma. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. UMG, Belo Horizonte, jan. 1964.

agora, salientar que, assim concebidos, devem os Partidos ter uma **presença** efetiva e constante em todos os setores de atividade, no campo e nas cidades, nas escolas, nas repartições, nos clubes, nas fábricas, nos quartéis, nas igrejas, no lar, em toda a parte, procurando convencer a todos do valor de suas ideologias. Está certo, por isso, JOSÉ SARNEY⁽³³⁾ quando escreve:

“... acho que o problema mais importante que temos de resolver, em sentido institucional, é o da reformulação partidária, da criação de Partidos, mas a criação como eles são hoje, no mundo inteiro, com uma grande estrutura, uma estrutura que se derrama em todos os setores da sociedade. Não Partidos que funcionem apenas em vésperas de eleições e fiquem circunscritos ao Congresso ou às Assembléias, que sejam apenas para atividades de poucas pessoas que ficam ali por idealismo, por interesse político, participando dessa organização. Não! O Partido Político do mundo moderno, aquele que pode operar a democracia, é realmente um instrumento extraordinário e não pessoal. Ele independe das pessoas. Tem funções definidas e é capaz de operar o poder. A função do poder político, portanto, dentro dessa nossa visão, é a de gerar o poder e de administrá-lo. O poder, então, é gerado através do Partido Político.”

Essa análise, correta e oportuna, do ilustre político maranhense, realça a necessidade de os Partidos serem ideológicos. Ideologia é a tradução política de uma filosofia, que é uma concepção do homem, da vida, do universo. Logo, a ideologia há de ser perseguida de maneira efetiva pelo Partido. Ideologia não é coisa eventual, mas perene. É uma constante na vida dos homens. Quando aceitamos uma ideologia é porque a julgamos a melhor e disto queremos convencer o próximo. Aceitando uma ideologia, assumimos uma posição. Escolhemos um caminho. Buscamos um fim. Queremos, então, o poder, através do qual nos habilitaremos a transformar em vivências sociais — instituições — os nossos ideais de vida. Ideologia é, pois, uma perspectiva. Porque o Partido Político é uma expectativa de poder. A ideologia do Partido vitorioso informará a estrutura do Estado. Sobre o tema, escrevemos⁽³⁴⁾:

“O homem, sendo imperfeito, está sempre à beira do abismo. O erro e o mal o espreitam de todos os lados, e sempre sob aspectos novos. Também o bem, a felicidade. Porque o bem, o mal, o erro, a verdade, tudo isso está dentro da vida, e a vida se transforma em cada instante, sendo preciso, portanto, que a política — que pelo Estado governa os homens, organizando-lhes a vida em comum — acompanhe essas mutações, para que se possa evitar o mal e perseguir o bem, para se fugir do erro e se alcançar a verdade. Já vimos como age, a respeito, o russo comunista: ele está presente, com seu ideal, em toda parte. A filosofia marxista vai, pelas mãos da política, a todos os recantos da Rússia. E isso para que seja sempre vivo e atual o que, para o comunista,

(33) SARNEY, José. Modelos alternativos de representação política no Brasil e regime eleitoral (1821-1921) por AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO e outros — Editora da UnB, Brasília, 1980.

(34) FIGUEIREDO, Paulo de. Um exemplo russo a imitar. Oeste. Goiânia, a. 2, n. 3, 1944.

é o bem, e evitar o que, para ele, é o mal. Assim sucede também no fascismo (onde o Partido é o órgão do Estado, a este se vinculando através do Grande Conselho). O mesmo acontece, ainda, no regime nazista (onde o Partido se liga ao Estado por uma união pessoal, realizada pelo Führer). E MARITAIN aconselha que assim procedam os cristãos:

“Uma vez reconhecido afinal pela consciência cristã o domínio próprio do social, com suas realidades, suas técnicas, sua ontologia característica, não terá a santidade cristã que trabalhar no lugar onde, também, trabalha o heroísmo particular da foice e do martelo, do “fascio” ou da cruz gamada?”

Assim, colocados em sua natureza de instrumentos ideológicos, os nossos Partidos, na busca de realização da ideologia democrática, deverão imitar o exemplo da Rússia, onde, divulga JOSEPH DAVIES ⁽³⁵⁾ “a política penetra nas fábricas, nas oficinas, nas casas comerciais e nos transportes”. O exemplo russo e os exemplos da Itália fascista e da Alemanha nazista. Urge implantar a ideologia democrática na consciência política de todos os brasileiros. Inclusive, como defesa contra os totalitarismos.

Isso posto, havemos de concordar com MIGUEL REALE ⁽³⁶⁾, quando diz que “... o representante, depois de eleito, não se emancipa do Partido. Cada vez mais ele é condicionado pelo Partido, sobretudo nos países onde os Partidos são Partidos de verdade, ou seja, estruturas permanentes dotadas de centro de pesquisas e estudos que forneçam elementos de orientação, que têm uma estrutura técnica legislativa às vezes tão grande como a do próprio Estado, da própria burocracia, para acompanhar os projetos de lei, a fim de que o Poder Legislativo possa realizar, no mundo contemporâneo, esta tarefa cada vez mais complexa, que é a tarefa de legislar”, assim reconhecendo que “estamos voltando outra vez a um mandato imperativo, só que não é um mandato imperativo entre o eleitor e o eleito, mas através desse elemento que interferiu e se intrometeu no jogo dialético da vida política, que é o Partido Político”.

Essa integração indivíduo-Partido-poder vale como uma compreensão efetiva de que o Estado é, realmente e não apenas ficticiamente, a nação politicamente organizada, ou seja, a sociedade expressa por todos os seus segmentos e se movimentando dentro de uma determinada ordem, com certa estrutura e através de métodos específicos e devidamente ordenados, para um fim comum deliberado.

Os Partidos, representando os diversos setores da sociedade, projetam no Parlamento as ideologias dos homens diferentemente grupalizados, prevalecendo a ideologia da maioria, que informará o Estado e dará rumo às suas atividades, sem prejuízo da colaboração das demais correntes ideológicas.

Num Estado assim concebido, o homem é devidamente considerado, não só como indivíduo mas também como pessoa, mas considerado não

(35) DAVIES, Joseph. *Missão em Moscou*. Trad. de EDUARDO DE LIMA CASTRO. Rio, Calvino, 1942.

(36) REALE, Miguel. *Modelos Alternativos*, Ob. cit.

apenas em si, porém, igualmente, na família, no grupo profissional, na comunidade, no Partido, na sociedade nacional a que pertença.

Desse modo, estamos que o homem cristão, através de um Partido cristão, poderá construir um Estado cristão, e só este será capaz de responder a todas as suas necessidades, pois o verá na totalidade de seus aspectos.

Os Partidos, em seu conjunto, representam todos os indivíduos. Representam a nação. Aí porque devem ser ideológicos. Daí a necessidade da fidelidade partidária. Onde justificar-se a representação proporcional. A nação deve mover-se, politicamente, de acordo com as diretrizes do Partido vitorioso, que dá o Presidente da República e os rumos do Parlamento. Todavia, todos os demais Partidos participam, no Parlamento, dos debates e votação sobre os problemas nacionais, contribuindo, todos, para o encaminhamento das soluções propostas.

São, pois, os Partidos Políticos órgãos marcantes da democracia. Porque são os veículos das diversas ideologias. Dessarte, não haverá democracia nos países de Partido único. Nem onde impera o bipartidarismo. Talvez cinco Partidos — um do centro, um da direita, um da esquerda, um da meia-direita e um da meia-esquerda — pudessem absorver todas as ideologias políticas, pelo menos no que elas têm de essencial. O Partido vencedor dando a tônica do governo, mas todos os outros deste participando, direta ou indiretamente.

Por outro lado, os Partidos não de ser, necessariamente, **nacionais**. Porque, sendo instrumentos ideológicos, não podem circunscrever a sua atividade a uma região, não de refletir os anseios de vastas parcelas da nação. “As eleições — comenta H. C. HERMANN GÖRGEN (37), referem-se, por conseguinte, a uma luta pública, na qual se confrontam pessoas e Partidos, idéias ou ideologias”, donde decorre que os eleitos “têm por obrigação representar os interesses dos eleitores no Parlamento e na vida pública, assim como converter esses interesses em decisões políticas práticas”, e, assim se compreendendo as coisas, diz ainda HERMANN GÖRGEN, conclui-se que “o sistema eleitoral é um conjunto de normas que organiza o complexo processo da formação da vontade política nacional a partir da formulação desta vontade até a sua realização por um governo legalmente eleito”.

Tudo isso aceito, estaremos convencidos da importância fundamental que têm, para a modelagem política de uma nação, ou melhor, para a estruturação e organização de um Estado, o trinômio homem-Partido-Parlamento.

E se o que se almeja é um Estado realmente capaz de atender às aspirações todas do homem — do homem integral —, esse Estado tem que ser a realização prática de uma ideologia que tenha do homem essa compreensão e em função dessa compreensão formule os seus projetos políticos, sociais e econômicos.

(37) GÖRGEN, H. C. Hermann M. Sistemas Eleitorais — *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, n. 78, abr./jun. 1983, pp. 78-193.

VI — Regime democrático cristão e brasileiro

No Brasil, evidentemente, o Partido Político ideal seria um Partido democrata, cristão e nacionalista, porque o mais conforme não só com a condição humana de todos nós como porque o mais ajustado às nossas origens históricas e às peculiaridades de nossa terra. Os valores cristãos são perenes, satisfazem a todos os homens. Os valores da democracia atendem ao nosso temperamento. E o nacionalismo vale como um imperativo de sobrevivência independente, de sua necessidade, já estando conscientizadas as nossas verdadeiras elites políticas. Esses valores, postos como bandeira de um Partido, podem e devem constituir o objetivo do esforço de nosso povo; e se, agora, apenas flutuam no plano dos desejos e dos sonhos, nada obsta que um dia se concretizem em dados reais de nossa existência, pois, como reconhece MANNHEIM ⁽³⁸⁾, “los valores no solo existen en el plano subjetivo como elecciones hechas por individuos; se dan también como normas objetivas, es decir, como advertencias que nos dicen: haz esto más bien que lo otro. Son, en este caso, la mayor parte de las veces, creaciones sociales que sirven, como las luces del tráfico, para regulación de la conducta humana”.

O homem, ao ingressar em um Partido Político, faz uma opção. Assume uma atitude. Toma uma posição. Define-se. E então busca os caminhos que levam à implantação desses valores nas instituições políticas, sociais e econômicas.

No Brasil, já o vimos, os Partidos Políticos foram institucionalizados pela Constituição vigente. Compreendeu-se, assim, o seu valor. Mas não ficamos só nisso. JOSAPHAT MARINHO ⁽³⁹⁾, comentando a Lei Orgânica dos Partidos, salienta que, “ao atribuir aos Partidos **função permanente**, para que cumpram suas tarefas institucionais, a Lei não a reduziu à **continuidade dos serviços de secretaria**. Criou deveres de natureza cultural e educativa. Os Partidos são obrigados a promover **conferências, congressos ou sessões públicas para difusão de seu programa**. Cabe lhes, ainda, **manter cursos de difusão doutrinária, educação cívica e alfabetização, um instituto de instrução política, para formação e renovação de quadros e líderes, bibliotecas de obras políticas, sociais e econômicas e a edição de boletins ou outras publicações**”. Já estamos, como se vê, num bom começo.

Sintetizando, cumpre entender e firmar, basicamente, o seguinte:

— o político é um homem com uma ideologia. Todo homem, portanto, é um pouco político;

— política é a ciência do Estado;

— Partido é uma organização com uma ideologia, visando ao poder, para, através deste, efetivar essa ideologia na respectiva sociedade;

(38) MANNHEIM, Karl. *Diagnóstico de Nuestro Tiempo*. Versión española de JOSE MEDINA ECHAVARRIA. México, Fondo de Cultura Económica, 1946.

(39) MARINHO, Josaphat. Lei Orgânica dos Partidos no Brasil — *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, n. 12, out./dez. 1966, pp. 45-58.

— a fidelidade partidária é imperiosa, pois o eleitor vota no candidato do seu Partido porque o pressupõe em condições de bem lutar pela ideologia desse Partido;

— assim, o cristão tem de rejeitar proposições materialistas; o democrata não pode concordar com projetos totalitários; o comunista não pode aceitar a livre concorrência; o liberal não pode aprovar planos de economia dirigida; o nacionalista há-de lutar sempre contra as pretensões colonialistas das multinacionais etc.

Pois bem, apesar de a Constituição e a Lei Orgânica dos Partidos terem promovido a renovação e o fortalecimento dos Partidos brasileiros, de modo a posicioná-los como, efetivamente, instrumentos ideológicos, a verdade é que, na prática, os nossos grêmios políticos ainda se ressentem dos velhos vícios. Ainda não atuam à altura de sua missão. Em todos eles, sem exceção, vêem-se, abrigados sob o mesmo estandarte, elementos que, em realidade, jamais poderiam pertencer a um mesmo Partido: indivíduos da direita, do centro e da esquerda; católicos e ateus; nacionalistas e internacionalistas; intervencionistas e abstêmios; racistas e anti-racistas, idealistas e arrivistas etc.

Falta, assim, ao brasileiro, uma convicção ideológica, e, sem esta, nenhum Partido será autêntico. Daí advogarmos o mandato imperativo, o qual vincula o eleito ao eleitor, em função da ideologia do Partido. A Constituição, institucionalizando os Partidos, rasgou horizontes políticos amplos para o Brasil. Como órgãos públicos, inseridos na estrutura do Estado, aos Partidos cumpre surpreender, interpretar e canalizar, no sentido do poder, os ideais do povo. Dessa maneira, os parlamentares estão “presos” aos Partidos pelos quais se elegeram. São obrigados por uma ideologia. Esta condiciona o seu procedimento público. O Estado democrático é o Estado de Partidos, portanto, e, no Estado de Partidos, consoante registra NELSON DE SOUZA SAMPAIO⁽⁴⁰⁾, ao falar do “Parteintart” dos alemães, “a ideologia triunfante conduzirá ao retorno ao mandato imperativo, sob a forma de instruções das direções partidárias aos parlamentares, que lhes deveriam obediência, sob pena de perda do cargo. As instruções aos eleitores de outrora seriam substituídas pelos programas partidários e pelas deliberações das direções dos Partidos. Haveria aí uma espécie de duplo contrato de adesão ao programa partidário: por parte dos eleitores e por parte dos eleitos”.

VII — O voto como tomada de posição

Assim, compreendido o homem como um ser integral; aceito que o homem só vive e só pode viver em sociedade; entendido que o Estado, forma mais perfeita de organização da sociedade, há-de ser um instrumento de “construção nacional”, ou seja, um ente capaz de estabelecer condições existenciais que favoreçam ao homem, a todos os homens, à sua plena realização; assentado, ainda, que o homem estrutura o Estado através do Partido Político, cuja ideologia o Estado absorve e transforma numa “vi-

(40) SAMPAIO, Nelson de Sousa. Eleição e sistemas eleitorais — Revista de Informação Legislativa. Brasília, Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, n. 78, abr./jun. 1983, pp. 173-182.

vência” comum, isso tudo estabelecido e sabendo-se, mais, que o melhor regime é o democrático, e que, nos regimes democráticos, de Partidos, os homens se fazem valer pelas assembléias representativas — logo, por seus delegados, selecionados estes pelo voto, este, o **voto**, adquire uma importância fundamental no processo político, verdade exaltada por OLAVO BRASIL DE LIMA ⁽⁴¹⁾, quando proclama: “Em sistemas representativos uma questão crucial tem a ver com o processo através do qual a opinião pública, expressa através do voto, é transformada em poder institucional.”

Entra em jogo, agora, a **maneira de votar**, a **qualidade** e o **tipo** do voto, a **condição** do eleitor e sua importância no cenário político.

No Brasil, desde os começos de sua história até o advento da República, prevaleceu a eleição indireta, mas, “proclamada a República, em 15 de novembro de 1889, pelo Decreto nº 1, já no dia 19 desse mês, quatro dias depois, o Decreto nº 6 estabelecia o sufrágio universal, declarando considerarem-se eleitores “para as câmaras gerais, provinciais e municipais, todos os cidadãos brasileiros, no gozo de seus direitos civis e políticos, que souberem ler e escrever. O sufrágio universal começava, assim, por excluir do colégio eleitoral os analfabetos. Deixava, pois, de ser **universal**. Mas a eleição direta foi mantida, já nos albores do governo republicano” (ANTÔNIO TITO COSTA) ⁽⁴²⁾.

O sistema de eleições diretas foi instaurado com o objetivo (Martinho Campos, relator do projeto na Comissão) de “sanar e impedir o falseamento do voto popular”.

Condenava-se o processo de eleições indiretas, vigente até então, por viciado e impuro.

Mas, sob esse aspecto, nesse campo, que aconteceu na República? As crises foram permanentes, houve revoltas e revoluções, deposição de governadores e de presidentes, estados de sítio, violação da Constituição, reformas constitucionais a toque de caixa, assassinatos, suicídios, muitos vendo na causa de tudo isso a falsidade do processo eleitoral. . .

Um grande passo, no sentido da moralização dos pleitos, foi dado pelo governo revolucionário de 30, quando, pelo Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, editou o Código Eleitoral, que instituiu a Justiça Eleitoral. Aliás, foi ainda a Revolução de 30 que deu o voto secreto e o voto feminino, diga-se de passagem.

Depois, houve uma reviravolta. Entendeu-se que a via indireta de eleição presidencial era melhor que a direta. E o processo indireto funcionou em 34 e, com um hiato após 45, de 64 até agora.

De qualquer modo, não foram poucos os ensaístas políticos que profiligaram os sistemas eleitorais, de uns tempos para cá inteiramente híbridos, com eleições diretas para Prefeitos, Deputados e Senadores, ora diretas,

(41) LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Evolução e crise no sistema partidário brasileiro: as eleições legislativas estaduais de 1947 a 1962. Dados. Publicação do Instituto Universitário de Pesquisas. Rio, n. 17, 1978.

(42) COSTA, Antônio Tito. Eleições diretas e indiretas no Brasil. Revista dos Tribunais. V. 378, n. 50, fev. 1967.

ora indiretas para Governadores e indiretas para Presidente da República, figurando entre esses críticos JOÃO DE SCANTIMBURGO (43), que assim se pronuncia a respeito:

“Temos observado que os analistas das eleições, em geral politicamente engajados, não vêem que os pleitos eleitorais, realizados de acordo com o sistema eleitoral em vigor, não são mais do que opiniões individuais totalizadas, isto é, um sistema viciado, que não expressa, exceto em casos especialíssimos, o rumo da opinião pública, sobretudo porque na quase totalidade dos casos a opinião está divorciada dos princípios e do legítimo interesse do povo. Temos visto escolhas delirantes, insensatas, até mesmo inconscientes, que, por isso mesmo, falseiam o significado do sufrágio, o sentido do voto.”

Realmente, aconteceram coisas incríveis, desastrosas, trágicas: Cacareco, um rinoceronte, foi “eleito” Vereador na Capital do importante Estado de São Paulo; Jânio Quadros foi eleito Presidente e João Goulart Vice-Presidente da República, cada um de um Partido, com idéias e princípios conflitantes, tudo redundando na renúncia de um e na deposição de outro; Getúlio, eleito por via direta num pleito consagrador, acabou tendo de suicidar-se; Juscelino só se manteve no poder, para onde foi legitimamente escolhido pelo povo, às custas dos maiores malabarismos. Tudo isso, e mais a sobrevivência do “voto de cabresto”, dos “cabos eleitorais”, dos “caciques municipais”, dos “currais eleitorais”, do “eleitor defunto”, das “oligarquias rurais” e da eleição, para o Parlamento e as Assembléias estaduais, de indivíduos incapazes para as funções, e muitos deles corruptos, tudo isso, repitamos, está a retratar um ambiente político deplorável. Donde essas palavras candentes de OSVALDO TRIGUEIRO (44):

“Seria simplista, e mesmo errôneo, atribuir os nossos males políticos a deficiências ou vícios no processo legal de recrutamento dos governantes. Poucos duvidam, porém, que no presente sistema eleitoral está o ponto mais vulnerável das instituições e que, portanto, a crise deste sistema é predominante. Sentimos todos que as eleições, apesar de corretas e livres, não são genuínas e estão mesmo se transformando num foco de infecção que pode reclamar tratamento cirúrgico. A repetição dos pleitos, cada vez mais frequentes por causa da incoincidência dos mandatos, e a proliferação dos Partidos, cada vez mais enfraquecidos pela falta de disciplina e pela babel das coligações, tornam difícil, senão impossível, todo governo estável, coerente e construtivo. Sobretudo, corre dinheiro demais na política, o que está dando às nossas lutas cívicas um clima de licenciosidade incompatível com a boa reputação da República.”

TRIGUEIRO fez essa crítica antes de 64. Quando eram numerosos os Partidos (?). Quando as eleições eram diretas. E sua apreciação, veemente,

(43) SCANTIMBURGO, João de. Por uma reforma eleitoral democrática. *Digesto Econômico*. N. 234, mar./abr. 1977.

(44) TRIGUEIRO, Osvaldo. A crise do sistema eleitoral brasileiro. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. N. 6, jul. 1959.

porém fundamentada e verdadeira, demonstra que, no plano político da vida nacional, o mal está não apenas no sistema eleitoral, mas, principalmente, na **ausência** de Partidos autênticos e, acima de tudo, na carência, no povo brasileiro, de uma consciência política que só a adoção de uma ideologia (filosofia política) pode criar e consolidar.

Não devemos, em nenhum instante, olvidar que não se pode separar a política da administração, da economia, do direito, da filosofia. Esclarecamos, todavia, que, quando se fala em **política**, devemos ter em mente justamente o contrário do que, com esse rótulo, se pratica no Brasil, que isso não passa de reles politicagem. Conseqüentemente, falando em político, devemos imaginar um homem em dia com os problemas básicos do País e possuído de um instrumental ideológico que lhe permita equacioná-los no sentido do bem comum.

Falta-nos essa cultura política, não somente nas massas, mas também nas elites. Estas, as que existem por aí, na área política, são falsas. São, em tese, as elites do dinheiro, o que não basta. Ser rico não é ser capaz de governo. No mais, são os arrivistas, os populistas, os espertalhões, eleitos à custa da ingenuidade e das carências materiais de nossa gente.

E os Partidos? Pouca diferença existia e ainda existe entre os nossos Partidos. Basta considerar, para comprovar sua inautenticidade, que em cada Partido se agrupam indivíduos das mais diversas tendências. Ora, em política verdadeira não se pode separar o homem de sua ideologia. Num Partido comunista não podem militar fascistas, nem no fascista, comunistas. Num Partido cristão não cabe um ateu, num materialista não há lugar para um cristão; um Partido de cunho social-democrático exclui o liberal-democrata, no Partido liberal não tem vez o social-democrata. E assim por diante.

É só dar uma olhadela pelo nosso panorama político-partidário para verificarmos o nosso atraso, nesse ponto de capital importância para a vida política.

A institucionalização dos Partidos, pela Constituição em vigor, a implantação da fidelidade partidária e a proibição das coligações de Partidos representam uma esperança. Mas já os "liberais" estão aí, retrógrados, tentando acabar com essas conquistas, antes mesmo que elas dêem fruto.

Convenha-nos ou não, a verdade é que pouca diferença existiu no Brasil, no que tange à nossa vida política, durante os períodos de eleição indireta ou direta. Observemos, apenas, de passagem, como homenagem à verdade histórica, que a eleição direta não está integrada em nossa tradição, pois — relembremos — até a proclamação da República prevaleceu, entre nós, o sistema indireto:

"O Dr. José Tomás Nabuco escreveu um trabalho demonstrando que, de 1500 a 1881, o voto, no Brasil, foi indireto em todos os níveis. Não havia voto direto. Então, quando vocês se preparam para investir contra a eleição indireta nos níveis em que ela hoje é usada no Brasil, estão negando a tradição do Brasil" (ORLANDO DE CARVALHO) ⁽⁴⁵⁾.

(45) CARVALHO, Orlando de. Ob. cit.

Com eleição direta ou indireta, o importante é que transformemos os Partidos em veículos de ideologias, com o que eles deixarão de ser esses aglomerados de caça-votos para se transformarem em escolas de formação política, atuando na formação doutrinária do povo, mediante departamentos apropriados. A institucionalização dos Partidos, levada a efeito pela Constituição vigente, foi, a esse respeito, um evento extraordinário, de cujo valor os nossos políticos, em geral, ainda não se aperceberam, tanto que insistem em advogar coligações, tanto que querem acabar com a fidelidade partidária, tanto que se juntam — indivíduos da esquerda, do centro e da direita — em agrupamentos amorfos e inexpressivos a que dão o nome de Partido Político. . .

Ora, observa JOSAPHAT MARINHO (46), “a partir do fim da 1.ª Grande Guerra, mas sobretudo depois da Segunda, os Partidos Políticos passaram a ingressar nas Constituições. O que não se verificava nas Constituições liberais começou a verificar-se, notadamente depois de 1945, ou seja, a recepção dos Partidos Políticos nas Constituições. É o chamado fenômeno da institucionalização ou constitucionalização dos Partidos. Este fenômeno se generaliza de tal modo que, evidentemente, hoje não se pode cogitar de representação política sem vinculá-la aos Partidos Políticos”.

Assim, o que se deve procurar é a valorização dos Partidos. O Partido comunista, na URSS, e os Partidos fascista e nazista, na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler, foram modelos de Partidos autênticos. Fora destes, podemos citar o Partido Trabalhista inglês. Foram, todos, instrumentos ideológicos. Os Partidos democratas devem mirar-se nesses exemplos, transformando-se em instituições que socializem os valores da democracia, sintetizados na trilogia — igualdade, liberdade, fraternidade.

O que se vê atualmente no Brasil, na imprensa e na tribuna parlamentar, revela a deficiência cultural de nossos políticos, em geral, todos presos a filigranas e não a essências, combatendo efeitos e ignorando causas, confundindo interesses próprios ou de grupos com os interesses nacionais, vendo as coisas superficial e erradamente. Invertem-se os valores, subordina-se o principal ao acessório. Dessa maneira, põe-se como base de uma reforma o sistema eleitoral, quando o mais importante é o sistema político. O consolo é que não apenas no Brasil isso acontece. Assim, testemunha DIETER NOHLEN (47):

“... la cuestión del sistema electoral ha culminado en el intento cuestionable de querer explicar los sistemas políticos complejos, sus funciones y problemas estructurales, desde el punto de vista del sistema electoral y pretender que el destino de la democracia depende exclusivamente de la configuración del sistema electoral”.

É o caso de dizer-se: lá como cá más fadas há. . .

Em verdade, o sistema político é que é fundamental, o eleitoral está em segundo plano, conquanto importante.

(46) MARINHO, Josaphat. Modelos alternativos de representação política no Brasil e regime eleitoral, cit.
(47) NOHLEN, Dieter. *Sistemas Electorales del Mundo*. Traducción de Ramón García Cotarelló. Madrid. Centro de Estudios Constitucionales, 1981.

Certamente, a democracia é o regime que só se faz valer através da representação popular, mas o modo de se fazer essa representação é meramente formal e deve ajustar-se às peculiaridades culturais do povo onde tem de operar.

França, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Itália são democracias evoluídas, mas em cada um desses países vigora um sistema eleitoral diferente.

O sistema eleitoral, ninguém põe isto em dúvida, é importante, mas, justamente por isso, há-de ajustar-se às características e necessidades de cada povo. Além disso, o sistema eleitoral tem de inserir-se num contexto político, o qual se alicerça numa ideologia. Porque — diz, ainda, DIETER NOHLEN (48) — “los problemas relativos al sistema electoral son, al mismo tiempo, problemas de poder y problemas en torno a la concepción de la sociedad y de la democracia”. É o que, em outras palavras, também reconhece BARACHO (49):

“A organização do Estado constitucional surge em decorrência do Estado representativo. Essa natureza representativa do Estado constitucionalizado impõe-se através de órgãos e procedimentos que recolhem e condensam os sentimentos, forças e tendências da sociedade.”

Isso posto, quando o Estado age, é a própria nação que está agindo, porém dentro de um sistema que vale como a ordenação de idéias e sentimentos, de uma vontade, de uma ideologia — aquela que, através dos Partidos, as diversas delegações no Parlamento tornam vitoriosa, com ela informando o Estado, dirigido, igualmente, pelo representante de um Partido. Por tudo isso proclama BARACHO (50) “o alargamento da base social da representação política deve partir da verdadeira exteriorização do voto, que só será possível com a aceitação de Partidos que representem as correntes de idéias e de opiniões encontradas no Estado brasileiro”.

O voto é, assim, um dado essencial à vida da democracia. Porque o voto é o homem. E o homem é uma idéia. Cada homem tem seu posto no universo. Quando os homens se agrupam em Partidos diferentes, estão definindo posições. Por isso, quando um candidato se elege através de um Partido, está comprometido com a ideologia desse Partido. Vivendo na sociedade, e só podendo viver em sociedade, e como a sociedade, em sua forma perfeita, é o Estado, o indivíduo, já agora na qualidade de cidadão, transfere para o Estado a sua ideologia. Aí o valor do Partido, que atua, sobretudo, nas Assembléias Legislativas. Donde a transcendência do voto, pelo qual o povo escolhe seus representantes nas Assembléias. Por isso, escreve MANUEL GIMENEZ FERNANDEZ (51), o voto “es un derecho innato adquirido, fundado en la convivencia social, propio del hombre, no en cuanto hombre, sino en cuanto ciudadano de un Estado, cuya esencia, por tanto, corresponde al hombre-ciudadano, en cuanto dotado de concien-

(48) NOHLEN, Dieter. Ob. cit.

(49) BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria e prática do voto distrital. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, n. 78, abr./jun. 1983, pp. 77-172.

(50) BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Ob. cit.

(51) FERNANDEZ, Manuel Gimenez. *Estudios de Derecho Electoral Contemporáneo*. España, Universidad de Sevilla, 1977.

cia y voluntad, pero cuya determinación, fundada siempre en la naturaleza humana, corresponde al Estado, que es precisamente el encargado de la realización del derecho, es decir, de procurar que todos puedan ejercitar sus derechos y de exigir a todos la prestación de sus deberes con arreglo a las circunstancias de tiempo, lugar y persona, que sin poder anular los derechos y deberes, influyen, no obstante, en el modo de practicarlos y ejercerlos, de modo análogo a como en la práctica jurídica, un mismo precepto del Código es aplicado en cada sentencia, condicionándolo a la realidad, aun cuando sin desnaturalizarlo en cada caso concreto". Dessarte, ao votar, o homem se define no plano político, que é, por excelência, o do Estado. Manifesta uma vontade. Faz uma opção. Traduz um pensamento. Busca um tipo de vida coletiva que incumbe ao Estado ordenar e dinamizar: "Es derecho el sufragio — diz ainda GIMENEZ FERNANDEZ — en cuanto el ciudadano del Estado por el hecho de tener conciencia individual y voluntad libre, posee la facultad moral inviolable que el Estado no puede desconocer, de contribuir con la manifestación de su voluntad a la formación de la norma directriz de la vida del Estado, cuyo ciudadano es".

Não esqueçamos, portanto, que o homem deve ser considerado em toda a sua plenitude de pessoa. E, também, como um ser que vive em diversos planos: o familiar, o profissional, o social, o político, o religioso. E que não vive só de coisas, mas também de sentimentos e de idéias. E vive, necessariamente, numa sociedade. Esta atinge a sua plenitude no Estado, que é, afinal, um instrumento de edificação nacional. Assim, o cidadão é o indivíduo operando na esfera da vida coletiva. Como cidadão ele projeta na sociedade a sua concepção da vida e do universo, ou seja, exprime a sua filosofia, transposta, politicamente, para a sua ideologia, cuja realização pelo Estado tentará, através de um Partido Político.

VIII — A responsabilidade das representações partidárias

E é aí que o voto se impõe em todo o seu valor, pois o homem, votando, diz o seu projeto. O voto é, assim, um direito: a todos é lícito revelar o seu entendimento sobre os problemas comuns, cujas soluções são propostas nas Assembléias, através dos representantes dos Partidos. É, também, uma função, eis que o homem vive na sociedade, cabendo-lhe, dentro de suas forças, participar no trabalho social comum. E é, ainda, um dever próprio de quem está integrado num organismo social. Um Partido é, pois, um veículo de uma ideologia. Uma ideologia em busca de institucionalização. O órgão intermediário entre o eleitor e o poder. A "ponte" que o homem usa para alcançar o poder. O homem tem de pertencer a um Partido. Porque no Partido é que ele vai participar da tarefa estatal. Escolhendo os delegados que defendam a implantação social, pelo Estado, de sua ideologia. O voto é um procedimento ideológico. São os Partidos que indicam os caminhos. Por isso mesmo, ensina, ainda, MANUEL GIMENEZ FERNANDEZ ⁽⁵²⁾, "ningún campo existe en que la actuación de los Partidos Políticos sea más propia que el de las elecciones legislativas, en donde precisamente esa reunión de hombres que forma el partido puede hacer triunfar a los propugnadores de sus ideas de gobierno, logrando, si alcanzan ese triunfo,

(52) FERNANDEZ, Manuel Gimenez. Ob. cit.

implantar sus ideas en la dirección del Estado". Isso destaca, igualmente, a responsabilidade do representante. Este não é dono de seu mandato. Este lhe é dado pelo eleitor para um fim determinado. Um parlamentar é eleito por um Partido, e um Partido é sempre um programa, isto é, uma filosofia de vida expressa em termos políticos. Desse modo, o mandato tem de ser imperativo:

"Dans la théorie démocratique — comenta MAURICE DUVERGER (53) — l'élu est considéré comme le représentant de l'électeur, au sens juridique du terme: l'élection s'analyse en un mandat donné par le premier au second de parler et d'agir en son nom dans la direction des affaires publiques."

Os termos do mandato são a ideologia do Partido pelo qual o representante se elegeu. Daí a procedência da fidelidade partidária. O representante que vota em desacordo com o seu Partido é um traidor. Aí, igualmente, a razão por que é imperioso que todo candidato a um posto eletivo pertença a um Partido, não se podendo mais, conseqüentemente, admitir-se o chamado "candidato avulso", coisa própria de uma situação política caótica, indefinida, descaracterizada, individualista, utilitária, perigosa e que já deveria estar definitivamente banida de nossos usos e costumes políticos. Quem dá um mandato para alguém fazer determinada coisa é um ser possuído de uma convicção e de uma vontade. Politicamente, esse ser é uma pessoa que tem, pelo menos presuntivamente, uma compreensão dos problemas políticos, sociais e econômicos do país e quer que esses problemas sejam equacionados e resolvidos nos termos dessa sua compreensão política, ou seja, de sua ideologia. Daí ingressar num Partido: do centro, da direita, da esquerda. Quando vota num determinado candidato, indicado este pelo seu Partido, é porque vê nele o mais indicado a propugnar pelos postulados do seu Partido. Isso explica por que não se pode conceber uma democracia de um Partido só, nem somente de dois Partidos, mas de muitos. O ideal seria o povo governar-se a si próprio. Mas a democracia direta é uma quimera. O processo de representação popular só pode ser indireto: "um povo não pode governar-se a si mesmo, do mesmo modo que um exército não pode chefiar-se a si mesmo. Um povo deve ser governado, e é isso o que ele quer" (OSVALDO SPENGLER) (54). Daí a existência das assembleias, onde têm assento os representantes do povo. Daí um delegado do povo, por este eleito, direta ou indiretamente, na chefia do Estado. E porque são indicados e eleitos por um Partido, obrigam-se a ser fiéis à ideologia do Partido que os elegeu. A participação do eleitor no processo político não se exaure com o seu voto. Quando vota, ele faz uma opção. Define-se. Toma uma posição. A votação, diz DOUGLAS W. RAE (55) "es forzosamente un acto de

(53) DUVERGER, Maurice. *L'influence des Systemes Electoraux sur la Vie Politique*. Paris, Armand Colin, 1950. (Avec la collaboration de FRANÇOIS GOGUEL, J. CADART, G. DE LOYS, S. MASTELLONE, A. SOULIER, G. VLACHOS).

(54) SPENGLER, Osvaldo. *Anos de Decisão*. Trad. de HERBERT GIRO. Porto Alegre, Meridiano, 1941.

(55) RAE, Douglas W. *Leyes Electorales y Sistema de Partidos Politicos*. Madrid CITEP, 1977. Traducción de ELOY FUENTE HERRERO.

opción". Seu voto é, pois, um mandato. Os termos deste mandato estão no programa do Partido. E um programa é um projeto de realização de uma ideologia. Assim, para "la organización de los gobiernos representativos, el sufragio es un elemento esencial, de gran transcendencia jurídica y política, que le hace alcanzar un excepcional interés práctico. No sólo debe ser visto como una fórmula o instrumento de designación de los gobernantes por el pueblo, sino como medio de participación de éste en las decisiones gubernamentales y principio legitimador de todo poder político" (FRANCISCO BERLIN VALENZUELA) (86).

Vivem, portanto, os homens em sociedade a sua vida de indivíduos e a sua vida de pessoas, a sua vida privada, a sua vida profissional e a sua vida política. E, como cidadãos, integram-se numa ordem coletiva de existência, que eles modelam segundo suas filosofias, isto é, de acordo com o entendimento que têm de como devam ser organizadas as coisas para melhor servir às suas necessidades. Predomina, então, em dado momento histórico da vida dos povos, este ou aquele modelo, expressão desta ou daquela ideologia dominante. Assim, o homem é, de certo modo, o dono de seu destino, eis que ele é quem organiza e dá sentido às coisas, nelas imprimindo a sua vontade, esta a serviço de uma idéia. Mas é como um ente político que ele age assim. Porque é a política a ciência de que se utiliza no estudo e no encaminhamento das soluções dos problemas que interessam à coletividade.

Escolhido um Partido, aquele cujo programa se ajuste aos seus ideais, o homem, pelo voto, seleciona aqueles candidatos que julga mais capazes para tentar a realização dos objetivos que a sua agremiação política se propõe. Vota. E pelo voto, então, passa a ter "presença" nos negócios públicos, porque os candidatos que elegerem vão dirigir o Estado, nas assembleias ou nos executivos. É aí que o Parlamento cresce em importância. Aos céticos, aos totalitários e a quantos negam o Parlamento, pode-se argumentar com GEORGE BURDEAU (87):

"... a questão de saber para que serve um Parlamento responde-se por si mesma quando se pensa se, por acaso, o país ficasse privado dele."

Desse modo, o Parlamento, hoje com funções menos legislativas e mais políticas, é órgão essencial à pesquisa, coordenação e sistematização da opinião pública, pelo que assume um papel relevante na caracterização,

(86) VALENZUELA, Francisco Berlin. *Derecho Electoral*. México, Porrúa, 1980.

(87) BURDEAU, George. Cit. por Afonso Arinos de Melo Franco, in *Modelos Alternativos de Representação Política no Brasil e Regime Eleitoral*, cit.

dinamização e direcionamento do Estado, verdade assim proclamada por SYLVIE GIULY (58):

“La science politique s’est penchée sur le rôle joué par les institutions, et notamment l’institution parlementaire, dans la société globale, dans une perspective fonctionnaliste. Il apparaît que la fonction manifeste du Parlement est la communication: le Parlement institutionnalise la dialogue.”

Posiciona-se, assim, o Parlamento, como o grande centro de debates. Nele é que a nação expõe a sua voz, dizendo o que sente, o que pensa, o que quer. Vale, pois, o Parlamento como instituição política por excelência. Mas a sociedade, cujos segmentos nele se fazem presentes, está representada por homens pertencentes a Partidos. Portanto, os parlamentares representam idéias e propósitos diferenciados, até mesmo antagônicos, predominando, logicamente — sem prejuízo das minorias — a ideologia do Partido vencedor. O Partido existe e atua justamente para tentar informar o Estado à semelhança de sua ideologia. Vencendo o Partido, essa ideologia há-de se impor, pois será a da maioria da sociedade, que o Estado encarna e movimenta.

De passagem, cabe advertir que, quando se fala em povo, deve-se ter em vista toda a nação. Porque há, em toda parte, uma certa tendência a confundir o povo com uma parcela do povo. Entre nós, todos falam em nome do povo. O **povo quer isto**, diz o esquerdista; o **povo quer aquilo**, diz o representante da direita; o **povo quer outra coisa**, clama o político do centro.

Ora, povo não é só a **massa**. Povo não é só o operário da cidade. Povo não é só o estudante. Não é só o funcionário. Não é só o camponês. Não é só o empresário. Povo são **todos** os membros de uma sociedade: o camponês, o estudante, o comerciante, o industrial, o funcionário público, o empregado de empresas particulares, o religioso, o professor, o militar, o profissional liberal, o desportista, o político, o diplomata, o preto, o branco, o índio, o rico, o pobre, o poderoso, o humilde, todos. Mas os demagogos e os totalitários, conforme ensina a história, se servem sempre das **massas** para, confundindo-as intencionalmente com o povo, conseguir os seus desígnios, assim atrasando a marcha da civilização:

“L’expérience des siècles passés montre que, presque sans trêve, les sociétés ont oscillé, passant brusquement des régimes de grande oppression aux régimes de navrante démagogie. Une satanique malédiction aurait-elle donc été attachée à tout ce qui est humain de telle façon que nous n’aurions que la misérable servilité vis-à-vis du pouvoir ou de nous étourdir d’appelle et de ces cris démagogiques?” (BERNARD LAVERGNE) (59).

(58) GIULY, Sylvie. L’Statut de l’Opposition en Europe. Notes et études documentaires. La Documentation Française. Septembre, 1980.

(59) LAVERGNE, Bernard. Suffrage Universel et Autorité de l’État. Paris, Presses Universitaires de France, 1979.

Nem demagogia, nem tirania. Nem massas, nem déspotas. Nem anarquia, nem omissões, nem totalitarismo. A solução é o Estado de direito. A nação juridicamente organizada. O Estado, quando expressa realmente a nação, com ela se identifica, tem sangue, tem nervos, tem vontade, tem vida, tem consciência. E num Estado assim o Parlamento reflete, verdadeiramente, pelos representantes partidários que nele atuam, os anseios gerais do povo.

IX — É preciso ver a sociedade como a sociedade é

Não podemos, entretanto, nos deixar engodar pelas quimeras. É preciso ver a sociedade como a sociedade é. O Parlamento é órgão essencial à democracia. E democracia é o único regime político onde o homem encontra ambiência favorável ao seu pleno desenvolvimento. Mas o Parlamento é integrado por homens escolhidos pelo povo, através do voto. Então, urge que o eleitor saiba escolher, saiba votar. Ora, para escolher bem, o eleitor há-de estar capacitado. O sufrágio há-de ser um ato consciente, “il doit être amalgamé à un principe tout autre, le respect des compétences” (BERNARD LAVERGNE) ⁽⁶⁰⁾. Se o povo não estiver habilitado a votar, não saberá distinguir valores, doutrinas ou candidatos. Cabe, então, indagar, corajosamente: um homem pobre, analfabeto, doente, desinformado, submisso, é apto a escolher Presidente da República, Senadores, Deputados, Governadores? A resposta a essa pergunta obriga a uma posição ante o voto direto ou indireto. Sabemos o que é uma eleição nas cidadezinhas do interior, nas aldeias, na roça. Conhecemos os “currais eleitorais”. Sabemos o que é e o que pode o “coronel”. Sabemos o quanto podem os gerentes de bancos em nossa hinterlândia. E os “chefes de destacamento”. Por outro lado, os “cabos eleitorais” são uma triste realidade nos centros urbanos, os banqueiros do jogo “do bicho” dominando, soberanamente, vastas zonas eleitorais. É o domínio do poder econômico, que se impõe na razão direta da miséria e da ignorância do eleitorado. Seja o que for, o nosso eleitorado, em grande parte, é esse. Grande parte do nosso povo está aí. São, também, seres humanos, pagam impostos e prestam serviço militar. Ora, todos são iguais perante a lei... donde o direito que se lhes reconhece de **participar** dos negócios públicos, através de seus representantes nas Prefeituras, nos Governos estaduais, na Presidência da República, nas Assembléias, nas Câmaras Municipais, no Congresso... Por isso, mandam-nos votar. E eles votam. Votam em quem mandarem os “coronéis”, os “cabos eleitorais”, os patrões, os credores, os que lhes prometem empregos, os que lhes fizeram algum favor, os pastores que podem mandá-los para o céu ou para o inferno...

Acabemos com o medo de enfrentar os **tabus**. Em política, isso significa dizer que precisamos coragem para destruir os mitos. Admite-se a covardia num politiqueiro, não num político de verdade. E jamais num estadista. E são os estadistas que devem governar. Quando tanto se fala em democracia é preciso reconhecer, honestamente, com MACHADO PAUPÉRIO ⁽⁶¹⁾,

(60) LAVERGNE, Bernard. Ob. cit.

(61) PAUPÉRIO, A. Machado. Democracia e representação. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, n. 62, abr./jun. 1979, pp. 41-48.

que, conquanto “a teoria clássica, a rigor, pretende que cada um não obedeça senão a si mesmo e que todo o governo seja exercido pelos próprios governados”, a verdade é que “o governo implica em poder e organização, em administração e decisão, que não são compatíveis de ser exercidos por todos, nem mesmo por uma minoria. O caráter, a capacidade e o valor cívico não estão na maioria, senão na minoria”.

O pecado capital, no caso, foi a confusão da **forma** com a **essência**: “A má compreensão do princípio da liberdade de crença levou a democracia, desde o início, no mundo moderno, a ser encarada apenas como forma de governo e não como filosofia de vida”, critica, ainda, MACHADO PAUPÉRIO, que acrescenta ⁽⁶²⁾:

“A democracia vai aos poucos reencontrando os seus verdadeiros rumos, definindo-se como uma filosofia de vida, fundada politicamente na convivência livre e responsável e inspirada no movimento universal dos direitos e deveres humanos. Para que exista democracia, torna-se essencial um ordenamento jurídico baseado no respeito à dignidade do homem”. Assim — diz, mais — “não pode a democracia prescindir das elites. Nenhum sistema político tem mesmo tanta necessidade de elites como o próprio sistema democrático. A única diferença dessas elites com relação a quaisquer outras é que elas são abertas a todos, ricos e pobres, brancos e pretos, exigindo apenas de seus componentes, moralidade, competência e espírito público.”

Que não se confunda, portanto, democracia com liberal-democracia. Esta contém democracia, mas não é a democracia. Pelo contrário, pelo que é, o liberalismo **impede** a democracia, pois, pelos seus postulados básicos, interligados no “laissez-faire”, possibilita e estimula uma sociedade dividida em classes, dominando as economicamente mais poderosas e nem sempre as moralmente mais aptas.

Na antigüidade, na Grécia inclusive, também se praticou democracia, porém não a democracia. Pois, mesmo em Atenas, a escravidão era uma instituição, e onde há escravos, aí não existe a democracia.

Democracia é uma filosofia política, é uma ideologia, ou melhor, a expressão política de uma filosofia. Logo, uma concepção do homem, da vida, do universo:

“Democracia, escrevemos ⁽⁶³⁾, este o grande ideal político dos homens, desde que se tornaram conscientes de sua dignidade essencial de pessoas, ou seja, de seres feitos à imagem e à semelhança

(62) PAUPÉRIO, A. Machado. Ob. cit.

(63) FIGUEIREDO, Paulo de. Partidos, Congresso, Democracia. In: *Problemas Políticos da Atualidade*. Brasília, Senado Federal, 1979.

de Deus, com um destino transcendente a perseguir. Essa condição de pessoa teve, para o homem, as mais profundas e amplas implicações políticas, pois, posto assim, nessa situação de ser que transborda da pura animalidade, livre e racional, o homem passou a exigir uma ordem geral de existência em que a sua natureza fosse respeitada e onde as condições ambientes possibilitassem a expansão harmoniosa de suas virtualidades no sentido de sua plenitude. A democracia surgiu como um meio existencial político capaz de permitir aos homens todos a busca desse destino superior, pois revelou-se como o sistema ideal para os homens, sem perda de sua dignidade, integrarem-se numa disciplina de vida capaz de bem ordenar a variedade infinita de tendências num todo harmônico, homogêneo, solidário e dinâmico, em que todos eles se movimentassem com liberdade na procura do bem comum.”

O homem, para realizar essa democracia, precisa estar preparado para ela. Precisa, antes de tudo, integrar-se em sua condição de pessoa. Para votar e para ser votado, isto é, para participar direta ou indiretamente do governo, seja na área municipal, na estadual ou na nacional, no setor legislativo, no executivo ou no judiciário, o homem precisa ser homem, precisa ser uma pessoa, um ser livre, consciente, responsável.

Rico ou pobre, preto ou branco, deste ou daquele Partido, com tal ou qual profissão, o homem só se torna verdadeiramente homem — e, portanto, politicamente capaz para a democracia — quando se integra em sua condição de ser feito à imagem e à semelhança de Deus. Só, então, através de um Partido que sugira um sistema geral de vida coletiva, a ser implantado pelo poder, que busca, ele estará habilitado a uma obra política verdadeiramente humana. Só assim o homem estará consciente de uma ideologia, só assim saberá o que quer e lutará pelo que quer.

O povo, ao dar a vitória a um Partido, assume uma ideologia, escolhe um caminho, indica um rumo. Mas, povo são os homens, todos os homens de uma sociedade nacional. Então, para criar a democracia, esses homens não de ser livres e homens livres não são, certamente, esses milhões de brasileiros analfabetos, doentes, maltrapilhos, desprotegidos e despreparados que vegetam nos campos ou nas favelas das cidades, escravos da ignorância e de toda a sorte de necessidades, simples brinquedos nas mãos dos poderosos e afortunados.

No Brasil, reconheçamos, então, a democracia exige um governo de elite, mas um governo assim só poderá ser constituído se formado por homens escolhidos por um eleitorado capaz. Isso nos leva à condenação do sufrágio universal e do processo direto de escolha dos candidatos aos postos de comando, máxime o de Presidente da República. O retrato político do

Brasil, feito segundo a técnica das eleições diretas e do sufrágio universal, assim foi traçado, com severidade, porém realismo, por OSVALDO TRIGUEIRO (64):

“Quanto ao Brasil, conhecemos o primeiro fruto da representação proporcional; num país de débil tradição partidária, onde nem sequer havia Partidos nacionais, ela de chofre criou uma dúzia deles. Ora, sem falar no Partido Comunista, que não tem existência legal, somente o Partido Socialista apresenta uma nítida diversificação ideológica. Entre os demais inexistente uma nítida diversificação ideológica. Entre os demais inexistente diferença fundamental de princípios ou de programas. Os programas facilmente se confundem e de resto ninguém os lê. De modo que, entre nós, a lei divide a representação do povo entre grupos artificiais, que de nenhum modo representam setores diferenciados de opinião, de pensamento ou de aspirações políticas. Pode-se dizer que, de certo modo, a nossa representação proporcional é uma máquina que trabalha no vácuo.”

Essa, a verdade. Por quê? Pela falta de preparo do nosso eleitorado. Pela carência de verdadeiras elites. Pela inautenticidade dos nossos Partidos. E, no fundo, porque o homem está ausente de si mesmo, de sua essência, de sua integralidade, de sua grandeza. Discute-se se a eleição deve ser direta ou indireta, mas não se procura dar ao eleitor condições de independência para votar. O eleitor, em grande escala, é escravo da miséria, da doença, da ignorância, dos grupos econômicos. E os eleitos são escravos de sua cupidez e, muitas vezes, também do seu despreparo. Não se vê nenhum candidato a postos executivos ou legislativos com um programa que traduza um sistema ideológico em que se enquadrem os problemas fundamentais do País e se proponham soluções para os mesmos. É tudo falso e artificial, aleatório, insincero, interesseiro. Pior: as poucas conquistas reais, como a fidelidade partidária, primeiro passo para a subordinação do candidato a uma ideologia, ainda nem se consolidaram e já estão sendo contestadas. E há os que pregam a volta das coligações partidárias, coisa só admissível quando os Partidos se confundem em programas iguais, sem diversidade ideológica, para o que não haveria necessidade senão de um Partido só. E há os que advogam as candidaturas avulsas, expressões de um individualismo político caduco e que só servem à satisfação de vaidades mórbidas. É assim, no Brasil.

A “salvação” não é somente votar, mas votar bem, votar conscientemente, votar segundo uma razão e uma finalidade, e votar em quem seja capaz de cumprir um programa de governo, que pressupõe uma convicção política, uma consciência doutrinária, uma ideologia.

Pessoalmente, estamos que, no Brasil, melhor seria que a sociedade votasse através de seus vários segmentos. Tanto no plano municipal quanto no estadual e no nacional, as bancadas dos Partidos deveriam ser integradas pelos representantes desses segmentos. Os eleitores seriam as diversas organizações profissionais: a dos camponeses, dos operários, dos industriais, dos

(64) TRIGUEIRO, Osvaldo. Ob. cit.

comerciantes, dos fazendeiros, dos professores, dos funcionários, dos profissionais liberais, dos esportistas, dos militares, dos religiosos das diferentes igrejas, dos estudantes etc. Tais organizações, por seus representantes — estes distribuídos pelos diferentes Partidos —, estariam melhor habilitadas para selecionar os Vereadores, os Deputados estaduais, os federais e os Senadores. Por outro lado, colégios eleitorais e constituídos de delegados de todas essas assembléias estariam, em cada área — municipal, estadual ou federal — melhor capacitados a eleger Prefeitos, Governadores e Presidentes da República. O nome que se desse a esse sistema é secundário. O Principal, no caso, é a legitimidade do voto, a autenticidade da representação e a capacidade do representante. A democracia lucraria com isso. Pois, em verdade, como registra FRANCISCO BERLIN VALENZUELA⁽⁶⁵⁾ “no falta quienes opinan que la base individual de la representación es muy limitada y que para complementarla debe darse lugar a otros tipos que tomando en cuenta factores sociales permitan la representación funcional y familiar”. O indivíduo como pessoa, é o elemento político fundamental. Mas, no caso, ele não seria desprezado ao se atribuir aos grupos profissionais o poder de escolha dos delegados às diversas assembléias que, ao fim, constituiriam os colégios eleitorais. Pois os delegados seriam escolhidos por todos os membros das diferentes agremiações. E poderiam pertencer a qualquer Partido. O indivíduo participaria, como indivíduo, da escolha feita pelo seu grupo. E votando em gente de “sua classe”, melhor poderia avaliar os méritos do candidato. Como bem declara JUSTINO ARCHAGA⁽⁶⁶⁾ “es una verdad universalmente reconocida que no todos los individuos, que no todas las unidades discretas que constituyen el organismo social reúnen las cualidades necesarias para poder concurrir a la producción de la acción compleja que tiene por fin la elección del personal de los Poderes Públicos”.

Chegamos, agora, ao ponto de discutir o processo eleitoral propriamente dito, isto é, a maneira como devemos votar. Os sistemas são muitos e diversas as opiniões a respeito.

Inicialmente, consideremos que o voto pode ser universal ou restrito, ou seja, um direito de todos os indivíduos ou um direito limitado a indivíduos para tanto devidamente habilitados.

Teoricamente, o sufrágio universal é mais democrático, pois todos poderiam votar e, nas democracias, diz-se, o governo deve ser “do povo”. Na prática, isso não passa de balela. Para começo de conversa, a maioria nunca vota. Ainda no último pleito, em 15 de novembro de 1982, “menos da metade da população brasileira estava habilitada a votar, segundo um levantamento do Tribunal Superior Eleitoral: 58.571.184 eleitores”⁽⁶⁷⁾. E, na realidade, com as abstenções, votou um número ainda menor de eleito-

(65) VALENZUELA, Francisco Berlin. Ob. cit.

(66) ARECHAGA, Don Justino Jimenez de. *La Libertad Política*. Montevideo, Tipografía y Encuadernación de la Librería Nacional, s/d.

(67) INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. *Conjuntura*. Rio, FGV, n. 36, nov. 1982.

res. O certo é que a maioria da população nunca votou no Brasil. Além disso, os analfabetos também não votam, nem os menores de 18 anos, e os velhos não são obrigados a fazê-lo. Desse modo, a “representação da maioria”, pelo menos em nossa democracia, é uma mentira.

Um eleitorado limitado poderia ser mais qualificado. Como, no entanto, selecionar os eleitores? Certamente pela instrução e pela independência financeira, mas já então estaríamos discriminando, elitizando o eleitorado e ferindo os “sagrados” princípios da democracia. . .

O voto pode ser secreto ou a descoberto. Quase todo mundo defende o voto secreto, pois — alega-se — assim se põe o eleitor a cavaleiro de pressões ou perseguições. É certo. Mas o ideal seria o voto às claras. O eleitor, para ser eleitor, deve ter independência e coragem para expor a sua posição política. Só assim demonstra ser um indivíduo livre e consciente. E se o voto secreto favorece uma escolha sem medo, possibilita, por outro lado, atos de traição, que empequenecem o homem.

Pode também o voto ser obrigatório ou facultativo. Optamos por sua obrigatoriedade. Se o voto pressupõe uma posição ideológica, pois o eleitor vota no candidato de determinado Partido, isto é, comprometido com uma ideologia, que é, também, a sua, então não há como admitir fuja o eleitor ao seu dever de votar.

Pode, outrossim, o voto, ser distrital ou estadual (até nacional, quando da eleição do Presidente da República). O voto distrital tem a vantagem de colocar o candidato mais próximo do eleitor. Na eleição por distritos até mesmo o analfabeto e o mendigo têm condições de escolher. O eleitor, em seu distrito, conhece “todo mundo”, sabe quem é bom e quem é ruim, quem trabalha pelo lugar, quem é honesto, quem é ladrão. Mas, por outro lado, a adoção desse sistema, se feita em termos rígidos, poderia alijar das representações partidárias figuras dignas de representar o povo em qualquer assembléia. Além disso, o sistema possibilita e favorece os interesses dos ricos e poderosos. O mais aconselhável, na espécie, seria, talvez, a adoção de representações mistas, parte escolhida pelo voto distrital, parte pelo voto geral.

Finalmente, pode a eleição ser direta ou indireta. Ficamos com a indireta. É menos falsa. Pelo menos no Brasil o voto direto tem sido uma ilusão. Não se pode, sem se fugir à verdade, aceitar como voto livre e consciente o voto do tirador de leite nos currais das fazendas, do capador de porcos, do capinador de pastos, do tocador de tropas, do vendedor de galinhas, do entregador de mercadorias, do empregado doméstico, do zelador de edifícios, do garagista. O homem, para bem votar, tem que ser capaz, consciente, livre e responsável. E o grosso de nossas populações, no interior principalmente, é constituído de indivíduos desprovidos de recursos, sem emprego certo, analfabetos ou semi-alfabetizados, vítimas de endemias rurais, completamente sujeitos ao jugo dos fazendeiros e sitiantes. Não há como festejar-se a eleição de um Presidente da República cujos méritos

sejam avaliados por eleitores desse jaez... Somos pelo processo indireto de escolha do Presidente da República e dos Governadores dos Estados. Ou seja, o eleitorado, em nosso entender, há de ser selecionado, de maneira a constituir-se de homens realmente aptos a arcar com a responsabilidade de escolhas dessa valia. Uma sugestão estaria num colégio eleitoral onde se fizessem presentes representantes de todos os segmentos da sociedade, por estes eleitos. Os órgãos representativos das diversas categorias profissionais indicariam os candidatos, eleitos pelas categorias. O fato de esse colégio oferecer esse cunho corporativista em nada o desmereceria. Mas haveria, também, a possibilidade de um sistema misto: metade dos candidatos aos cargos eletivos seria escolhida assim, a outra metade pelo voto direto. De qualquer modo, essa escolha de representantes de categorias profissionais valeria até mesmo para o pobre e o analfabeto, visto que, por exemplo, o lavrador, mesmo pobre e sem instrução, saberia muito bem que companheiro estaria em condições, na Câmara Municipal, na Estadual ou na Federal, de bem lutar pelos interesses da lavoura.

Reconheça-se, no mais, que não somente o eleitorado da roça se mostra deficiente. Também o das cidades. Nestas também pululam os analfabetos, os desempregados, os carentes de toda sorte. O voto dos favelados, por exemplo, é controlado e vendido pelos "cabos eleitorais", geralmente acólitos dos banqueiros do "bicho". Os assalariados são profundamente dependentes dos patrões. E até eleitores medianamente esclarecidos trocam o seu voto por um emprego, um negócio, uma promessa... ou vota por amizade... ou por parentesco...

Recordemos: até a proclamação da República, isto é, durante mais de três séculos, prevaleceu, no Brasil, a eleição indireta. Da República para cá, passou a vigor a eleição direta, com hiatos no Estado Novo e com o regime de 64.

O que foram as eleições, durante o período republicano, até 1937, e, depois, de 1945 até 1964, os fatos estão aí para mostrar: crises, corrupção, crimes, "depurações", intervenções, cassações de mandatos, estado de sítio, rebeliões, assassinatos, renúncias, suicídios, deposições etc. Talvez lembrando-se dessas coisas EUGENIO GUDIN⁽⁶⁸⁾, em oportuno artigo, evocou a posição de SALVADOR DE MADARIAGA quando, em carta ao General Ongania, escreveu: "A eleição por sufrágio universal direto constitui a mais desastrosa caricatura de democracia que a História da Humanidade conhece", bem como a de BILAC PINTO: "A democracia de sufrágio universal não resiste ao embate conjugado da demagogia, do voto emocional e da pobreza", e, ainda, a do General ERNESTO GEISEL, que afirmou: "Não pode haver regime democrático onde há favelas e gente morrendo de fome".

De nossa parte, a opção está feita: somos pela eleição indireta, para escolha do Presidente da República, dos Governadores e dos Senadores⁽⁶⁹⁾.

(68) GUDIN, Eugenio. As indiretas. O Globo, Rio, 30 de abril de 1984.

(69) FIGUEIREDO, Paulo de. Uma Constituição brasileira para o Brasil, cit.

A democracia, regime que todos pretendemos, porque, em tese, é a única ambiência coletiva de existência em que os homens têm possibilidades de participar equitativamente dos bens da civilização e da cultura, está condicionada à existência de Partidos Políticos que, cada um servindo a uma ideologia, procurem, em consonância com os seus princípios e as suas diretrizes, melhor atingir os objetivos de justiça, igualdade e liberdade.

Para que esses Partidos sejam possíveis e tais objetivos viáveis, mister se faz que o homem seja colocado em sua dignidade de pessoa, ou seja, de ser integral, cujas necessidades, materiais e espirituais, hão de ser contempladas, para que ele possa cumprir o seu destino de ser preso à terra pela carne mas ligado ao céu pelo espírito.

Impõe-se, então, como verdadeiro imperativo de formação e sobrevivência de uma democracia autêntica, que o homem, dentro de sua realidade total, organize o Partido pelo qual intente a transformação de seus ideais em vivências sociais, políticas e econômicas.

Isso importa em reconhecer que o homem brasileiro precisa embeber-se da doutrina cristã, única que vê o homem em sua totalidade e em sua dignidade essencial de pessoa, e formar, então, um Partido democrata e cristão, através do qual busque o poder para, então, informar o Estado segundo a filosofia cristã.

Precisamos, antes, convencer-nos todos de que o Cristianismo não se esgota como religião, transborda dos limites religiosos para abranger todas as áreas de atividade humana. Cristo foi Deus e foi Homem, e, por isso, os que O seguem devem tentar uma sociedade estruturada pelas normas e mandamentos de sua doutrina.

Não se pode, aliás, separar, no homem, as suas atividades temporais das espirituais. Religião, filosofia, direito, política, ciência, tudo isso se interliga, se influencia, se articula, se choca e se une, se busca e se repele, se divide e se completa, se separa e se irmana, na luta dos homens em procura de uma sociedade em que possam cumprir o seu destino, e, como sentença MANNHEIM (70), "é impossível viver harmoniosamente, à luz do amor fraterno cristão, em uma sociedade que não se acha organizada sob o mesmo princípio". Dessa maneira, só uma sociedade inspirada no Cristianismo pode dar ao homem condições de plena realização. Só ela será humana. Só ela será autenticamente democrata. E uma sociedade cristã é possível. Como foi possível a sociedade comunista. Como foi possível a sociedade nazista. Como está sendo possível uma sociedade muçulmana. O ideal e o real não se repelem nem se anulam, antes se conjugam e se completam. O povo brasileiro é cristão, cristã há de ser a sua sociedade, o Estado brasileiro há de estruturar-se em termos cristãos. Não se trata de impor a religião católica, cuida-se, isto sim, de realizar socialmente o Cristianismo, doutrina que está na base e na essência de nossa formação política, desde

(70) MANNHEIM, Karl. *Ideologia y Utopía*. Trad. de SÉRGIO MAGALHÃES SANTEIRO. Rio, Zahar, 1968.

os primórdios de nossa história. E, neste século XX, na atual conjuntura internacional, não é mais possível que nos restrinjamos às práticas religiosas do Cristianismo, senão que tentemos realizar, **socialmente, politicamente e economicamente**, os valores do Cristianismo, naquilo em que representam valores de vida aqui na terra: “Não há respeito à dignidade do homem sem o respeito a Deus e aos valores espirituais e éticos da nacionalidade. A democracia há-de ser, portanto, necessariamente espiritualista” (A. MACHADO PAUPÉRIO) (71). Espiritualista e realista, isto é, universal pelo seu conteúdo humano e nacional pela sua capacidade de atender às particularidades de nossa gente e de nossa terra.

Democracia é igualdade, liberdade, fraternidade. Ora, a miséria, a opressão, os preconceitos religiosos, raciais e sociais, as guerras, a injusta distribuição da riqueza, o egoísmo, a devassidão, os crimes, enfim, tudo isso que o mundo nos está exibindo, demonstra que a democracia não existe, pois os homens estão distanciados do Cristianismo. Este só está sendo e valendo dentro dos templos, porque, nas sociedades modernas o que está dominando é o anticristo.

Todavia, o homem jamais renuncia de todo a si próprio. Sua alienação nunca é definitiva. Há sempre a expectativa — sobretudo, há a esperança — de que se recupere, se reconquiste e caminhe para a frente e para o alto.

É a democracia que queremos, e democracia é regime de iguais oportunidades para todos, de trabalho, educação, saúde e instrução para todos; de respeito a todos; de justiça para todos; de liberdade responsável; de eqüitativa distribuição da riqueza. Na democracia, a economia não pode ser instrumento de opressão dos humildes pelos poderosos, estará sempre a serviço da sociedade, logo, de todos os homens.

Democracia é amor ao próximo.

O Estado, é, sim, um instrumento de “construção” nacional do povo. E povo são todos os homens que vivem nesse Estado. Ora, o Estado, ao organizar a nação politicamente, obedece a uma ideologia, esta decorrente de uma filosofia. Um Estado, para ser realmente democrático, tem de ser realmente humano. E, para ser realmente humano, tem de ser verdadeiramente cristão. O povo brasileiro, que nasceu, cresceu, desenvolveu-se e tornou-se adulto, dentro da pregação cristã, não pode fugir às suas origens, à sua natureza, à sua vocação. Na busca de uma democracia, havemos de querê-la cristã e brasileira. E querê-la já. Entretanto, já salientávamos, em 1944:

“Se Cristo é o norte, a verdade é, contudo, que, conquanto todos o apontem como o fim supremo, a maioria não segue pela estrada que vai ter a Ele. Ou então o situam para além desta

(71) PAUPÉRIO, A. Machado. Ob. cit.

vida, numa outra vida sobrenatural. Separam dois planos que se deviam harmonizar: o espiritual e o social. Cristo fora deste, só naquele. E porque exilam Cristo **desta** vida, nela fica Judas, sozinho, sem freios, dominando os homens. O Judas que também existiu como homem e que tem feito do homem o lobo do homem e da sociedade um ambiente político insuportável” (72).

Acrescentávamos:

“A solução para os males terrenos estaria, dessarte, a nosso ver, em se pôr em Cristo um ideal terreno realizável. Em, portanto, se ver no Cristianismo uma possibilidade social, que poderíamos transformar numa vivência social. Se o homem é feito à imagem e à semelhança de Deus, se existiram os santos para provarem do que é capaz o homem em grandeza, porque não se admitir possam os homens construir, na terra, um mundo digno dos homens? Cristo deve ser o modelo. Ele, que foi o Homem-Símbolo, deve ser um símbolo para os homens: símbolo do que pode o homem, também na terra” (73).

E dizíamos, ainda (74):

“É o homem que faz a história. E o homem vale pela razão, pelo caráter, pelo coração. Depois de Cristo e dos cristãos o meio social, moral e espiritual do mundo ficou profundamente alterado. Temos, modernamente, outros exemplos sugestivos: a Rússia e a Alemanha. Há, na Rússia, um meio novo, criado por um novo homem. O mesmo se verifica na Alemanha. Se, pois, as ideologias marxista e nazista deram, na Rússia e na Alemanha, sociedades correspondentes — a bolchevista e a nazista —, por que não se acreditar possa o Cristianismo, através do homem cristão, dar-nos uma sociedade cristã?”

X — Democracia cristã e democrática

Tudo isso considerado, estamos que a democracia, tão sonhada, só será efetivamente obtida se, recolocado em sua condição cristã, o homem tentar, politicamente, uma sociedade realmente cristã. JOSEPH FOLLIET (75), depois de afirmar, com razão, que “sería un grave error suponer que el Cristianismo social espera lograr la justicia mediante la sola reforma de los corazones, operada por la vida religiosa”, pois, para o Cristianismo, “y en virtud de su noción del hombre, compuesto sustancial de alma y cuerpo — la reforma interior y la reforma de las estructuras sociales deben ser simultáneas y paralelas”, traça os princípios e diretrizes que devem inspirar e orientar a democracia cristã:

1) respeitar, defender e proteger o desenvolvimento da pessoa humana;

(72) FIGUEIREDO, Paulo de. O melo é fruto do homem. *Oeste*, cit. n. 23.

(73) FIGUEIREDO, Paulo de. O melo é fruto do homem, cit.

(74) FIGUEIREDO, Paulo de. O melo é fruto do homem, cit.

(75) FOLLIET, Joseph. *Doctrinas Sociales de Nuestro Tiempo*. Buenos Aires, Ediciones del Atlántico, 1967.

- 2) respeitar o bem comum e fortalecer as suas cidades e comunidades;
- 3) realizar as exigências da justiça e da sociedade. A ordem social se funda sobre a justiça; a paz social é obra do amor;
- 4) a reforma dos costumes, realizada mediante o esforço pessoal, está indissolavelmente unida à reforma das instituições e das estruturas;
- 5) a família deve ser defendida, respeitada e libertada. Urge organizar a família tendo em conta a pessoa e organizar a sociedade tendo em conta a família;
- 6) o direito de associação há de ser respeitado. Organizem-se corpos intermediários entre o indivíduo e o Estado, que decidam sobre o exercício desse direito;
- 7) organização profissional, visando pôr fim à luta de classes;
- 8) o Estado tem o direito de intervenção social e econômica, para orientar e coordenar a democracia, pondo-a a serviço do homem e do bem comum;
- 9) o Estado tem como limite o respeito à pessoa humana; e
- 10) organizar a comunidade internacional.

Obedecidas essas diretrizes, que só uma política cristã é capaz de propor, seria, então, possível, a implantação de uma democracia autêntica.

Justiça, igualdade e liberdade — os pilares da democracia — são impossíveis em regimes inspirados em filosofias agnósticas ou materialistas, como o liberal-democrata, o fascista e o comunista.

O demoliberalismo, cujas raízes filosóficas estão no racionalismo cartesiano e no luteranismo, só poderia traduzir-se em sistemas políticos de cunho individualista, inorgânicos, atomísticos, como essas falsas democracias que existem por aí, onde o homem explora o homem, onde a sociedade está dividida entre milionários e miseráveis, em tiranos e oprimidos. Não se podem qualificar de democracia esses regimes capitalistas selvagens que ainda sobrevivem no mundo, materialistas, egoístas, grosseiros, discriminatórios, imediatistas, desumanos. Nem de democracia podem ser chamados os sistemas marxistas-leninistas, projetados em sociedades onde o homem não passa de simples máquina de produção.

Só uma democracia inspirada no Cristianismo responderá às aspirações supremas do homem. Só nela o homem será situado em sua autenticidade. Só ela será realmente democracia, porque só ela será capaz de fraternidade, de igualdade, de liberdade.